

DISTRITO FEDERAL

SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E GEOGRÁFICAS



codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Governo do Distrito Federal



DISTRITO FEDERAL

SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E GEOGRÁFICAS

2014

Brasília (DF) - dezembro de 2015



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Rollemberg - Governador

Renato Santana - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Leany Barreiro de Sousa Lemos - Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Lucio Remuzat Rennó Júnior - Presidente

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E DE PLANEJAMENTO

Antônio Fúcio de Mendonça Neto - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Bruno de Oliveira Cruz - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Flávio de Oliveira Gonçalves - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Aldo Paviani - Diretor

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Bruno de Oliveira Cruz - Diretor

Gerência de Pesquisas Socioeconômicas

Iraci M. D. Moreira Peixoto - Responsável

Ana Lúcia Barreto Soares

Raquel Alves de Barros Silva

Apoio

Luíza Helena Souza da Silva

Vinicius Dalla Costa Diderot

Zilma Costa Ferreira

Revisão

Eliane Menezes

Capa

Ana Lúcia Barreto Soares

Projeto Gráfico e Editoração

Maurício Suda

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan

SAM - Bloco H - Setores Complementares

Ed. Sede CODEPLAN

CEP: 70620-080 - Brasília-DF

Fone: (61) 3342-2222

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

DISTRITO FEDERAL - Síntese de Informações Socioeconômicas,
2014 / Companhia de Planejamento do Distrito Federal
(Codeplan). -- Brasília : Codeplan, 2014.
93 p. : il. color., gráfs., mapas

1. Estatística econômica, Distrito Federal (Brasil). 2. Estatística social, Distrito Federal (Brasil). 3. Geografia regional, Distrito Federal (Brasil). 4. Região administrativa, Distrito Federal (Brasil). I. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

CDU 331:338.1(817.4)



Apresentação

O presente trabalho, denominado "DF em Síntese" - edição 2014, contém informações socioeconômicas e geográficas do Distrito Federal, tendo como objetivo proporcionar uma melhor compreensão das suas características sociais, econômicas e geográficas, de acordo com a realidade e dinâmica atual da cidade, constituindo-se em instrumento de consulta para a população. Trata-se de uma publicação da Codeplan, com periodicidade bianual.

As informações contidas na publicação em tela foram levantadas por meio de pesquisas secundárias, realizadas em publicações disponíveis na Codeplan, em órgãos públicos e em entidades privadas do Distrito Federal.

O enfoque dado pelas informações do DF em Síntese, pauta-se na apresentação de uma breve descrição do dado e registro da última informação disponível sobre o tema, possibilitando o rápido e sintético conhecimento do Distrito Federal.

Com a divulgação de mais esta edição do DF em Síntese, a Codeplan cumpre seu papel de produtora de informações não só de interesse para o planejamento governamental, mas, também para divulgação e conhecimento da sociedade como um todo.

Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente





Sumário

Apresentação	iii
1 - Introdução	11
2 - Caracterização do Território	13
2.1 - Posição e Extensão	13
2.2 - Distância de Brasília às Capitais Estaduais	16
3 - Características Naturais	18
3.1 - Clima	18
3.2 - Relevo	18
3.3 - Hidrografia	19
3.3.1 - Águas Emendadas	19
3.4 - Flora	19
3.5 - Fauna	20
4 - Ocupação Territorial: Breve História da Transferência da Capital	21
4.1 - Transferência da Capital	22
4.2 - Construção da Capital	24
5 - Divisão Administrativa	25
6 - Governantes do Distrito Federal	31
7 - Histórico das Regiões Administrativas do Distrito Federal	35
8 - Distâncias Rodoviárias entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal	51
9 - Caracterização da População	53
9.1 - Aspectos Gerais	53
9.2 - Naturalidade da População	56
9.3 - Grau de Instrução da População	57
9.4 - Ocupação da População	58
9.5 - Renda Domiciliar	63

10 - Caracterização da Economia	65
10.1 - Aspectos Básicos	65
10.2 - Agropecuária	69
10.3 - Indústria	70
10.4 - Serviços	71
10.4.1 - Comércio	72
10.4.2 - Comércio Exterior	72
11 - Indicadores Sociais	75
11.1 - Habitação	75
11.2 - Abastecimento de Água/Esgotamento Sanitário	76
11.3 - Recolhimento de Lixo	77
11.4 - Abastecimento de Energia Elétrica	77
11.5 - Saúde	78
11.6 - Ensino	80
11.7 - Segurança Pública	83
11.8 - Meios de Comunicação	84
11.9 - Telecomunicações	85
11.10 - Correios e Telégrafos	85
11.11 - Transporte	86
11.11.1 - Transporte Urbano	86
11.11.2 - Transporte Interestadual	89
11.11.3 - Transporte Aéreo	89
11.12 - Turismo	90
11.12.1 - Infraestrutura Turística	90
Referências Bibliográficas	93

Relação de Tabelas

Tabela 1 - Evolução da População do Distrito Federal, - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual e Densidade Demográfica - 1957-2010	53
Tabela 2 - População urbana por Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013	55
Tabela 3 - População Economicamente Ativa - Distrito Federal - 1992-2014	59
Tabela 4 - Estimativa do Número de Ocupados segundo Setores de Atividades - Distrito Federal - 2014	60
Tabela 5 - Postos de Trabalho por Região Administrativa - Distrito Federal - 2013	61

Tabela 6 - Taxa de Desemprego por tipo - Distrito Federal - 1992 - 2014	62
Tabela 7 - Renda Média Domiciliar Mensal e Per Capita Mensal segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013	64
Tabela 8 - Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Bruto, segundo os setores e as atividades econômicas - Distrito Federal - 2010 - 2013	66
Tabela 9 - Participação percentual das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto - Distrito Federal - 2010-2013	67
Tabela 10 - Produto Interno Bruto Per Capita - Ranking por Estado - 2013	68
Tabela 11 - Número de Unidades Empresariais e Pessoal ocupado na Agropecuária - Distrito Federal - 2013.	70
Tabela 12 - Número de Unidades Empresariais e de Pessoal ocupado na Indústria - Distrito Federal - 2013	70
Tabela 13 - Número de Unidades Empresariais e Pessoal ocupado no Setor Serviços - Distrito Federal - 2013	71
Tabela 14 - Balança Comercial do Distrito Federal - Resumo Geral - 2014.	73
Tabela 15 - Distribuição dos Domicílios, por Tipo, segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013	75
Tabela 16 - Domicílios Particulares, por Condição de Ocupação, segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013	75
Tabela 17 - Domicílios ocupados, por tipo de abastecimento de água - Distrito Federal - 2013	76
Tabela 18 - Domicílios ocupados, por tipo de esgotamento sanitário - Distrito Federal - 2013	76
Tabela 19 - Domicílios ocupados, por tipo de coleta de lixo - Distrito Federal - 2013	77
Tabela 20 - Domicílios ocupados, por tipo abastecimento de energia elétrica - Distrito Federal - 2013	78
Tabela 21 - Hospitais e Leitos Públicos - Distrito Federal - 2013.	79
Tabela 22 - Unidades de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, por tipo - Distrito Federal - 2014	79
Tabela 23 - Matrícula Inicial por etapas e modalidades de ensino, segundo a rede de ensino - Distrito Federal - 2014	80
Tabela 24 - Professores Existentes, segundo a Rede de Ensino, por etapas e modalidades - Distrito Federal - 2014	81
Tabela 25 - Infraestrutura Física das Escolas segundo a Dependência Administrativa - Distrito Federal - 2014	82

Tabela 26 - Alunos Matriculados no Ensino Superior Presencial - Distrito Federal - 2013 . .	82
Tabela 27 - Alunos Concluintes no Ensino Superior Presencial - Distrito Federal - 2013 . . .	83
Tabela 28 - Rede de Atendimento dos Correios e Telégrafos, segundo a Especificação - Distrito Federal - 2013	85
Tabela 29 - Tráfego Postal e Telemático dos Correios e Telégrafos, segundo a Especificação - Distrito Federal - 2013	86
Tabela 30 - Veículos Registrados, segundo os Tipos - Distrito Federal - dezembro de 2014	87
Tabela 31 - Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito por transporte aéreo - Distrito Federal - 2012.	89

Relação de Quadros

Quadro I - Distância de Brasília às Capitais Estaduais	16
Quadro II - Prefeitos - Distrito Federal	31
Quadro III - Governadores - Distrito Federal	32
Quadro IV - Lei e data de criação das Regiões Administrativas - Distrito Federal	34
Quadro V - Distâncias Rodoviárias entre algumas Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013	51

Relação de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre períodos 1957-2010 - Distrito Federal	54
Gráfico 2 - Naturalidade da População segundo as Grandes Regiões, Distrito Federal e Exterior - Distrito Federal - 2013.	56
Gráfico 3 - População por nível de escolaridade - Distrito Federal - 2013	57
Gráfico 4 - População Ocupada segundo os Setores de Atividades - Distrito Federal - 2014	60
Gráfico 5 - Participação percentual das atividades econômicas agropecuária, Indústria e Serviços no Valor Adicionado Bruto - Distrito Federal - 2013.	68
Gráfico 6 - Produto Interno Bruto Per Capita - Ranking por Estado - Distrito Federal - 2013	69



Relação de Mapas

Mapa I	- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE - 2013	14
Mapa II	- Área Metropolitana de Brasília - AMB - 2013	15
Mapa III	- Distrito Federal e Capitais Estaduais do Brasil - 2014	17
Mapa IV	- Distribuição Territorial do Distrito Federal - 1964.	25
Mapa V	- Distribuição Territorial do Distrito Federal - 1989.	26
Mapa VI	- Distribuição Territorial do Distrito Federal - 1994.	27
Mapa VII	- Distribuição Territorial do Distrito Federal - 2004.	28
Mapa VIII	- Distribuição Territorial do Distrito Federal - 2013.	29



1 - Introdução

Distrito Federal em Síntese - Informações Socioeconômicas e Geográficas é um projeto desenvolvido pela Codeplan desde de 2006. Essa publicação reúne informações sobre o Distrito Federal, levantadas pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD/Codeplan, Anuário Estatístico - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF/Codeplan, Censo IBGE/2010, entre outros. O estudo agrega ainda dados de órgãos públicos do Governo Federal e Distrital e de entidades particulares.

A versão atualizada em 2014, que é destinada a estudantes, professores, pesquisadores e à população em geral. As informações versam sobre o território, população e suas interações socioeconômicas. São elas: Caracterização do Território; Caracterização da População e Caracterização da Economia.

Na Caracterização do Território, destacam-se, entre outras, informações sobre o clima, relevo, recursos hídricos, flora e fauna, histórico da capital, estrutura urbana de Brasília e características das suas Regiões Administrativas.

Esta publicação oferece, além de informações geográficas e demográficas, dados relativos à educação, saúde, rede hospitalar, segurança, energia elétrica, saneamento básico, infraestrutura rodoviária, ferroviária e turismo.



2 - Caracterização do Território

2.1 - Posição e Extensão

O Distrito Federal localiza-se entre os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos 47°25' e 48°12' de longitude WGr, na Região Centro-Oeste. Ocupa uma área de 5.789,16 km² no Planalto Central do Brasil, centro-leste do Estado de Goiás, equivalendo a 0,06% da superfície do país.

Encontra-se nos limites do Rio Descoberto a oeste, e do Rio Preto, a leste. Ao norte e ao sul, o DF perpassa por linhas retas, que definem o quadrilátero correspondente à sua área. Limita-se a leste com o Município de Cabeceira Grande, pertencente ao Estado de Minas Gerais, e com os seguintes municípios de Goiás:

- Ao norte: Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa;
- Ao sul: Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama;
- A leste: Formosa;
- A oeste: Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas¹.

Os Mapas I e II apresentam a localização do Distrito Federal na Região Integrada do Distrito Federal e Entorno - RIDE e na Área Metropolitana de Brasília - AMB. Embora não esteja instituída por legislação própria, a AMB possui uma interação evidente entre o Distrito Federal e os municípios a ele adjacentes, contíguos ou não.

⁽¹⁾ Codeplan - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal

Mapa I - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE - 2013



Mapa II - Área Metropolitana de Brasília - AMB - 2013



Fonte: Codeplan

2.2 - Distância de Brasília às Capitais Estaduais

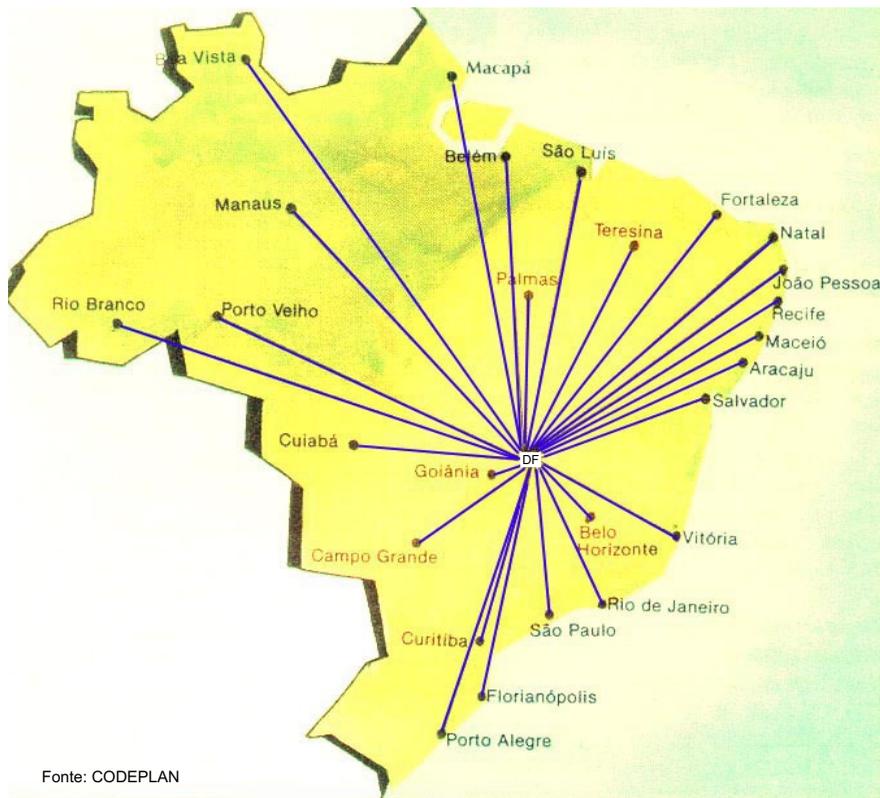
As distâncias medidas em linha reta de Brasília, localizada no centro do país, às capitais estaduais podem ser visualizadas no Quadro I e Mapa III. Pode-se verificar que a capital mais próxima a Brasília é Goiânia, e a mais distante, Boa Vista.

Quadro I - Distância de Brasília às Capitais Estaduais

Capitais	Distância em Linha Reta (Km)	Capitais	Distância em Linha Reta (Km)
Aracajú - SE	1.293	Manaus - AM	1.929
Belém - PA	1.586	Natal - RN	1.775
Belo Horizonte - MG	614	Palmas - TO	623
Boa Vista - RR	2.490	Porto Alegre - RS	1.614
Campo Grande - MS	878	Porto Velho - RO	1.902
Cuiabá - MT	876	Recife - PE	1.657
Curitiba - PR	1.077	Rio Branco - AC	2.250
Florianópolis - SC	1.310	Rio de Janeiro - RJ	931
Fortaleza - CE	1.684	Salvador - BA	1.062
Goiânia - GO	173	São Luís - MA	1.519
João Pessoa - PB	1.717	São Paulo - SP	871
Macapá - AP	1.783	Teresina - PI	1.309
Maceió - AL	1.486	Vitória - ES	948

Fonte: CODEPLAN - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF - 2014

Mapa III - Distrito Federal e capitais estaduais do Brasil - 2014





3 - Características Naturais

3.1 - Clima

O clima no DF, de acordo com a classificação de Köppen, é predominantemente tropical de altitude, onde são identificadas duas estações distintas: quente e úmida - de outubro a abril, e seca - de maio a setembro, sendo julho o mês mais frio do ano.

De acordo com a altitude, os tipos de clima do DF podem ser classificados em:

- **Tropical** - temperatura média do mês mais frio é superior a 18° C. Ocorre nos locais com cotas altimétricas abaixo de 1.000m, nas bacias hidrográficas do São Bartolomeu, Preto, Descoberto e Maranhão;

Tropical de Altitude I - temperatura média do mês mais frio é inferior a 18° C e superior a 22° C no mês mais quente, correspondendo à unidade geomorfológica do Pediplano de Brasília que abrange as altitudes entre 1.000 e 1.200;

Tropical de Altitude II - temperatura média do mês mais frio é inferior a 18° C, e no mês mais quente inferior a 22°, abrangendo as áreas com cotas altimétricas acima de 1.200m, que correspondem à unidade geomorfológica Pediplano Contagem-Rodeado.

Embora o clima do DF seja classificado como tropical, a percepção térmica das pessoas depende da combinação dos diferentes elementos climáticos, tais como: temperatura, umidade relativa, pressão atmosférica, ventilação e radiação solar. Assim, a baixa umidade do ar no período seco, combinada com exposição prolongada ao sol, provoca sensação de desconforto.

3.2 - Relevo

O Distrito Federal situa-se entre 850 e cerca de 1.400 metros do nível do mar em uma das áreas mais elevadas da Região Centro-Oeste. Possui altitude média de 1.100 metros e o ponto mais alto é o Pico do Roncador, localizado na Serra de Sobradinho com 1.341 metros acima do nível do mar. O Planalto Central, correspondendo ao que restou dos aplainamentos que afetam esta região, tem as chapadas como a forma de relevo mais frequente.



3.3 - Hidrografia

A área do Distrito Federal está dividida em três regiões hidrográficas: Paraná, Tocantins/Araguaia e São Francisco. Sua rede de drenagem, na qual predominam os cursos d'água perenes, é constituída de sete bacias hidrográficas: São Bartolomeu, Lago Paranoá, Preto, Descoberto, Maranhão, Corumbá e São Marcos. As bacias drenam 95% do território, alimentando as bacias das Regiões Hidrográficas.

A Bacia do Rio São Bartolomeu é a que se destaca por possuir a maior área, com aproximadamente 50% da área total do DF, nasce ao norte e corre no sentido norte/sul, drenando todo o seu trecho central.

Apesar de sua extensão, a rede hidrográfica do Distrito Federal não oferece condições de navegabilidade, no entanto, barcos e embarcações náuticas, registradas na Capitania Fluvial do Distrito Federal, navegam no Lago Paranoá. Criado à época da construção de Brasília, a fim de aumentar a quantidade de água disponível para a região, foi formado com o represamento do Rio Paranoá, Ribeirão do Torto e Riacho Fundo. Cartão postal de Brasília, o lago é ladeado por clubes que proporcionam lazer aos moradores das cercanias.

3.3.1 - Águas Emendadas

É a mais importante reserva natural da região de Brasília. A água que brota de sua nascente se divide por causa de um desnível do terreno e alimenta cursos d'água que formam as Bacias Amazônica, do Prata, do São Francisco, englobando a Lagoa Bonita, única lagoa natural do Distrito Federal. O seu acesso é pela BR-020, na Região de Planaltina, entre as rodovias DF-17 e DF-13. Fica a 44 quilômetros de Brasília.

“Águas Emendadas” é um fenômeno peculiar devido ao fato dos Córregos Brejinho e Vereda Grande possuírem uma mesma nascente, originária de um mesmo lençol freático. As águas, ao aflorarem à superfície, correm em direções opostas seguindo a inclinação do terreno. As águas do Córrego Brejinho se dirigem para o Rio Paraná e as do Vereda Grande para o Tocantins. Essa característica faz dela um dos acidentes geográficos de maior expressão.

3.4 - Flora

A vegetação do Planalto Central, em sentido amplo, é caracterizada pelo Cerrado. O Distrito Federal encontra-se no núcleo da região dos cerrados e aqui alcança sua expressão mais típica. Existem todos os tipos de vegetação comumente englobados sob o termo cerrado, o tipo fisionômico encerra uma gama de



aspectos naturais, que vão desde o campo limpo, muito aberto, até o cerradão, com árvores de porte elevado e alta densidade, passando pelo campo sujo, cerrado ralo e cerrado típico.

A flora do Distrito Federal é rica e variada. Levantamentos botânicos registram cerca de 1.600 espécies de plantas, distribuídas em 600 gêneros pertencentes a 150 famílias. Cinquenta e nove por cento são naturais dos campos, cerrados e outros ambientes diferentes de matas, onde se encontram cerca de 650 espécies. No Distrito Federal, a vegetação representa um enorme potencial econômico e grande número de espécies fornecem madeira, cortiça e tanino, além das plantas forrageiras, medicinais, ornamentais e as fixadoras de nitrogênio.

3.5 - Fauna

Por estar localizado no centro da região do Cerrado, o Distrito Federal possui uma fauna típica, de acordo com o habitat e pode ser dividida em três componentes:

- **Espécies umbrófilas**, amigas da sombra, restritas às formações florestais (matas ciliares e matas secas), podem ser encontradas no cerradões e veredas, tais como: jacu, sagui-estrela, tangará-de-crista-vermelha, veado mateiro e macaco prego;
- **Espécies heliófilas**, amigas do sol, restritas às formações abertas (cerrados, campos limpos rupestres), podem viver nos cerrados e veredas. O lobo-guará, a perdiz, a seriema, o teiú e o tatu-galinha fazem parte da fauna mais característica do Distrito Federal;
- **Espécies ubíquas**, presentes em todas as partes, formadas por espécies de ampla valência ecológica, podem habitar praticamente qualquer tipo de habitat da região, tanto aberto quanto fechado, como tatu-bola e tamanduá-bandeira.



4 - Ocupação Territorial: Breve História da Transferência da Capital

Ao se reportar à ocupação territorial do DF, torna-se oportuno colocar a visão dos historiadores acerca do adensamento do Planalto Central: o ciclo da mineração, a abertura de estradas, a utilização das vias fluviais, via Bacias do Prata e do Amazonas, além da presença indígena, que remonta a oito ou 10 mil anos, nas proximidades do DF e da numerosa mão de obra escrava, a partir da colonização. Argumentam que o ciclo do ouro antecipou em mais de um século o povoamento de Goiás, deixando marcas profundas na construção do estado. As Entradas e Bandeiras devassaram o sertão em busca de metais preciosos e índios para o aprisionamento. Dessa forma, vilas e arraiais foram fundadas e tribos indígenas dizimadas².

Para Paulo Bertran, a primeira expedição “moderna” a chegar à Região do Planalto Central foi a do descobridor das minas dos Goyazes, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II, que quer dizer “diabo que foi” ou “diabólico”. “Anhanguera II ao entrar em Goiás, em 1722, sabia aproximadamente o que encontrar: índios Caiapó, Carapitanguá, Araxá, Quirixá, Goiás, Bareri e Carajaúna [...] E ouro, prata e pedras preciosas”³.

A área hoje pertencente ao DF era ponto de encontro da tribo Jê, os caiapós, procedentes do Sul do País e Xavante, Xerente e Xacriabá, do norte, segundo os historiadores⁴. Pesquisadores encontraram restos de cerâmica e instrumentos de caça no DF e Entorno e indicam que a vida dos Jê mudou rapidamente quando os portugueses aportaram ao país⁵. Conforme registros oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, há catalogados 626 sítios arqueológicos pré-coloniais no Estado de Goiás, 97 em Tocantins e 22 no Distrito Federal⁶.

Lenora Barbo afirma que a história do povoamento do Planalto Central está ligada à abertura das rotas terrestres e à, conquista de vias fluviais a partir do século XVI, com a expansão das bandeiras, a partir de 1700. Destacam-se: Estrada Geral do Sertão, Picada da Bahia, Picada de Goiás, Estrada Real dos Goyazes, Estrada dos Currais, Estrada do Sal, Caminho das Minas dos Goyazes, Estrada dos Couros e

⁽²⁾ Assis, Wilson Rocha. História de Goiás. Goiânia: Editora Vieira, 2009.

⁽³⁾ Bertan, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central- Eco: História do Distrito Federal - do Indígena ao colonizador*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

⁽⁴⁾ Cf Rocha, Leandro Mendes. *O Estado e os Índios: Goiás - 1850-188*. Goiânia: UFG, 1998.

⁽⁵⁾ Cf Atlas Histórico e Geográfico do Distrito Federal / Coordenação de Lila Rosa Sardinha Ferro. Brasília: Fundação Educacional do Distrito Federal, 1997.

⁽⁶⁾ Rocha, Leandro Mendes (Org) Atlas Histórico: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora CECAB, 2001.



Estrada de Contagem de São João. No trecho em que cruzava o atual DF, as estradas praticamente se sobrepunham na direção norte, de onde partiam duas picadas que se encontravam em Santa Luzia (Luziânia), ao sul do Distrito Federal⁷.

Segundo Júlio Miragaya até o início do século XX, o Centro-Oeste brasileiro ficou por quatro séculos à margem do processo da ocupação territorial e do desenvolvimento econômico desde a virada do século XIX para o XX. “Enquanto a população brasileira cresceu cerca de 11 vezes desde 1900, passando de 17,3 para 189,6 milhões em 2008, um dos ritmos mais acelerados do planeta, a do Centro-Oeste cresceu nada menos que 44 vezes em idêntico período, saltando de 372 mil para 16,5 milhões e quadruplicando sua participação no total nacional, de 2,1% para 8,7%. Ainda mais expressiva foi a expansão da produção de grãos, crescendo 224 vezes, de 210 mil para 47,0 milhões de toneladas entre 1920 e 2007 (conforme dados do IBGE). [...] “O rebanho bovino cresceu de 5,85 para 86,5 milhões de cabeças”, neste mesmo período⁸.

4.1 - Transferência da Capital

Alguns autores admitem que a primeira ideia de transferência da capital do Brasil foi sugerida pelo Marquês de Pombal, em 1761. Os inconfidentes mineiros pretendiam interiorizar a Capital. De acordo com dados da época, em 1789, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, propunha a mudança da capital para São João Del Rey, por ser aquela vila, mais bem situada e farta de mantimentos.

A partir de 1821, a questão da transferência da Capital foi abordada por José Bonifácio de Andrada e Silva. Em outubro do mesmo ano, ele redigiu instruções do Governo Provisório de São Paulo, recomendando: “Parece-me também muito útil que se levante uma cidade central no interior do país, para assento da Corte de Regência”. Essa proposta, levada por deputados brasileiros ao plenário das Cortes, foi rejeitada.

Em 1823, José Bonifácio voltou a defender a mesma ideia. Apresentou à primeira Constituinte do Império um minucioso estudo: “Memória sobre a Necessidade e Meios de Edificar no Interior do Brasil uma Nova Capital para Assento da Corte da Assembleia Legislativa e dos Tribunais Superiores que a Constituição determina”. No documento sugeria, inclusive, os nomes de Petrópolis ou Brasília para a futura capital.

O nome “Brasília”, no entanto, já havia surgido pela primeira vez em 1822, num folheto publicado no Rio de Janeiro, sem indicação de autor, que defendia a mudança da Capital e intitulava: “Aditamento ao Projeto de Constituição para fazê-la aplicável ao Reino do Brasil”.

⁽⁷⁾ Barbo, Lenora de Castro. *A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal*, apresentado no III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, em 2009, Ouro Preto, MG.

⁽⁸⁾ Miragaya, Júlio. *Dos Bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília*. In *Brasília 50 anos: da capital à metrópole* (Org.) Aldo Paviani. Brasília: Editora UnB, 2010



O historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, desenvolveu intensa campanha pela interiorização da capital. Percorreu a cavalo, em 1877, a região do Planalto Central, de onde encaminhou um ofício ao então ministro da Agricultura, indicando as vizinhanças da Vila Formosa da Imperatriz (hoje, Formosa - GO), como o sítio ideal para se instalar a futura Capital do País. Varnhagen destaca-se como autor do primeiro livro impresso exclusivamente sobre a interiorização da capital: “A Questão da Capital - Marítima ou no Interior?”.

Finalmente a transferência da Capital para o interior transformou-se em preceito legal. Com a aprovação, pela primeira Assembleia Constituinte Republicana, de Emenda apresentada pelo deputado Lauro Muller e publicada na Constituição de 1891, conforme Artigo 3º “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma área de 14.400 Km² que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

Em 1893, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, a Comissão Cruels, chefiada por Luiz Cruels⁹, fez a primeira demarcação da área do futuro Distrito Federal, com 14.400 Km², entre os paralelos 15º e 16º graus de Latitude Sul. Desse projeto, resultou a edição em 1894 do Relatório Cruels, estudo, incluindo a topografia, clima, geologia fauna e flora da região. Contém ainda fotografias, tabelas, cálculos e croquis, além de um atlas com 83 caminhamentos (mapas) da região percorrida, somando 4.000 quilômetros.

Em setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, foi lançada a pedra fundamental da nova Capital no Morro do Centenário, na cidade de Planaltina - Goiás.

A Constituição de 1934 reafirmava que: “Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil”. Os anos se passaram e, em 1946, os constituintes incluíram no ato das Disposições Transitórias da Carta Magna, de 18 de setembro, normas sobre a mudança. No governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), constituiu-se a Comissão Polli Coelho, encarregada de realizar estudos e reconhecer as vantagens oferecidas pelo local escolhido pela Comissão Cruels.

Definida a mudança da Capital, em 1953, foram contratados os serviços da firma Donald Belcher para o estudo da topografia, geografia, solos para engenharia, suprimento d'água e drenagem, para posterior escolha do local onde seria construída Brasília. A área analisada pela equipe Belcher abrangeu um retângulo de 50.000 Km², no qual foram selecionados cinco sítios prováveis para a implantação do Distrito Federal.

A escolha recaiu sobre o Sítio Castanho, por apresentar as melhores condições, em relação à configuração de terreno, tipo de solo, profundidade de rocha firme e potencial hidráulico, entre outros. Estava demarcada, em 1955, a área atual do Distrito Federal. O levantamento da área possibilitou a primeira edição do “Relatório técnico sobre a nova capital da República - Relatório Belcher”, em 1954. Em 8 de setembro de 1955, o presidente Café Filho aprovou o sítio e a área da nova metrópole, entre os rios, Preto e Descoberto e os

⁽⁹⁾ A Codeplan editou em 1995 o Relatório Cruels, como contribuição ao processo de resgate da imagem de Brasília.



paralelos 15°30' e 16°3'5", abrangendo três municípios goianos: Planaltina, Formosa e Luziânia.

4.2 - Construção da Capital

O presidente Juscelino Kubitschek, em 18 de abril de 1956, encaminhou ao Congresso Nacional a histórica "Mensagem de Anápolis", propondo, entre outras medidas, o nome de Brasília para a nova capital e a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap. Constituída em setembro daquele ano, Israel Pinheiro tornou-se presidente da Companhia e o arquiteto Oscar Niemeyer assumiu a chefia do Departamento de Urbanismo e Arquitetura. No dia 16 de março de 1957, um júri internacional selecionou o projeto do urbanista Lúcio Costa, entre outros 26 concorrentes brasileiros.

Em outubro de 1957, Juscelino sancionou a Lei que marcava, para o dia 21 de abril de 1960, a transferência da Capital da União para o novo Distrito Federal. Com a entrega das chaves da cidade pelo presidente da NOVACAP, Israel Pinheiro, para Juscelino Kubitschek, na Praça dos Três Poderes, às 16h do dia 20 de abril de 1960, iniciaram-se as solenidades de inauguração de Brasília com a presença de autoridades da República, representantes estrangeiros credenciados e visitantes de toda parte do País.

Nos 41 meses de construção que antecederam a mudança, foram levantados os principais edifícios públicos, 3.500 unidades habitacionais, hotéis, hospitais, escolas, estrutura básica de outros prédios, além do Eixo Rodoviário e a implantação dos serviços de água, esgoto, energia elétrica e telefonia. No mesmo período, a cachoeira do Paranoá desapareceu para que fosse construída a barragem e formado o lago artificial da cidade.

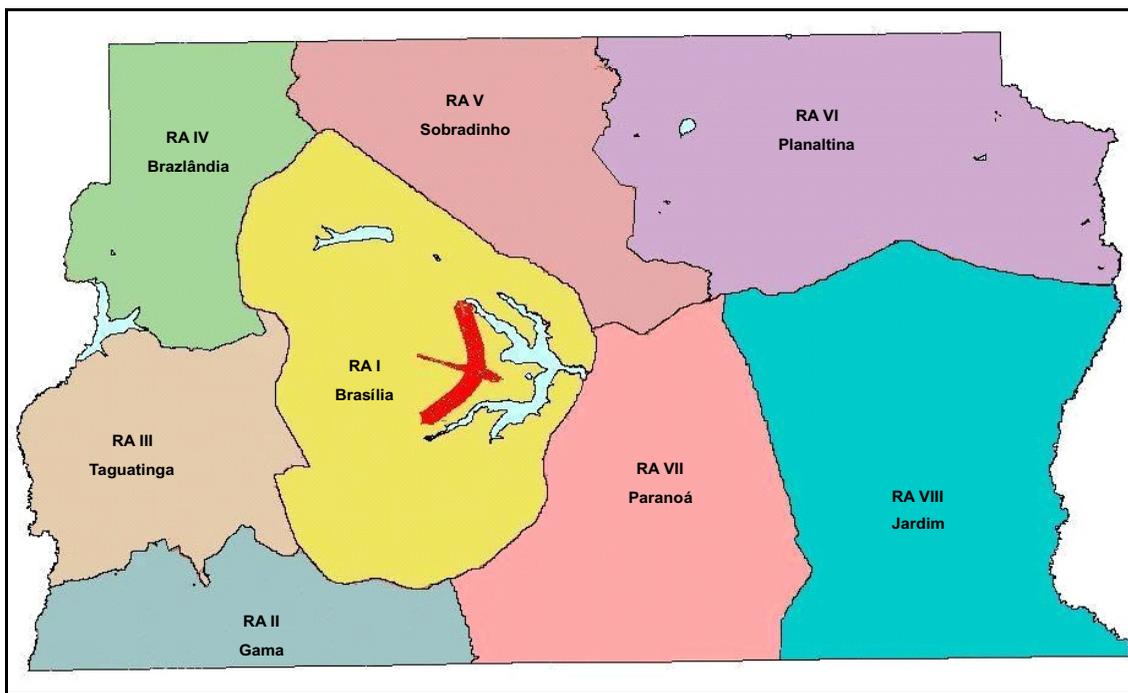
Durante a construção de Brasília, iniciou-se a criação de núcleos habitacionais para abrigar os trabalhadores que aqui chegavam. A Cidade Livre, posteriormente denominada Núcleo Bandeirante, surgiu em 1956. A Vila Paranoá abrigou os trabalhadores que vieram construir a Barragem do Lago Paranoá, em 1957. Taguatinga foi criada em 1958, Gama e Sobradinho em 1960, as quais passaram à condição de cidades-satélites em 1967. Planaltina e Brazlândia já existiam como municípios do Estado de Goiás.

5 - Divisão Administrativa

Para facilitar a administração dessas localidades, foi sancionada a Lei nº 4.545/64 que dividiu o território em oito regiões administrativas cada uma delas com um administrador nomeado pelo então prefeito Ivo de Magalhães. Com a evolução da ocupação territorial, em outubro de 1989, procedeu-se a uma nova divisão, chegando a 12 regiões administrativas. Em 2000, existiam 19, em 2011 totalizavam 30 e em 2014 são 31 regiões.

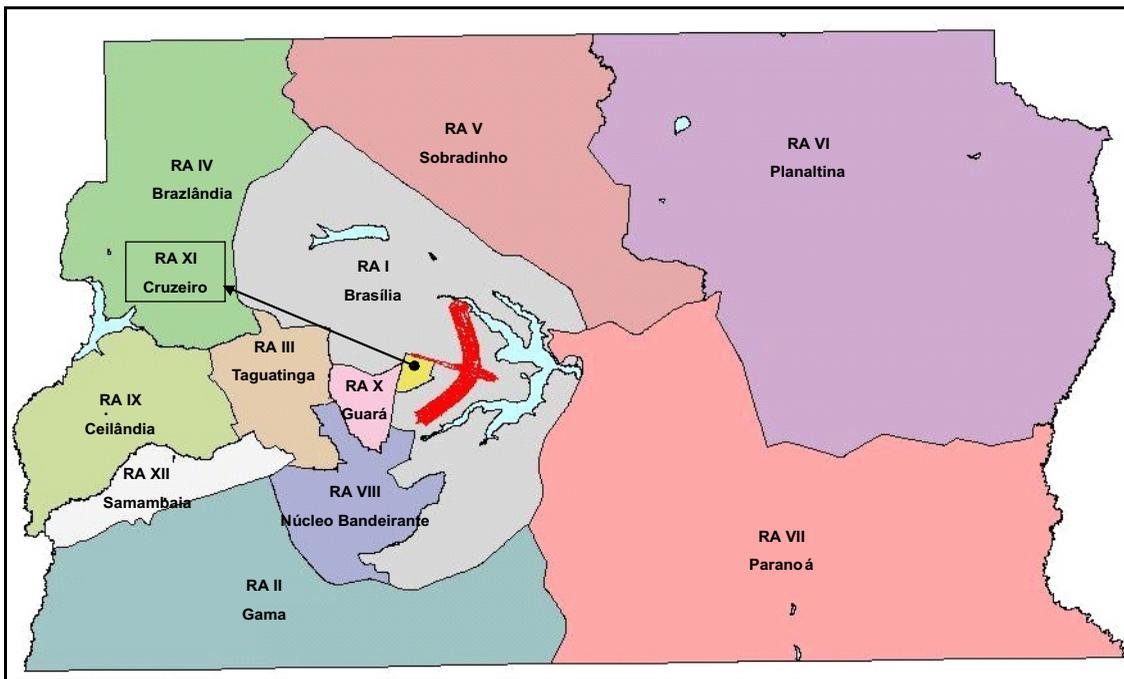
A distribuição territorial no decorrer dos anos 1964 até 2014 pode ser visualizada nos Mapas IV a VIII a seguir:

Mapa IV - Distribuição Territorial do Distrito Federal - 1964



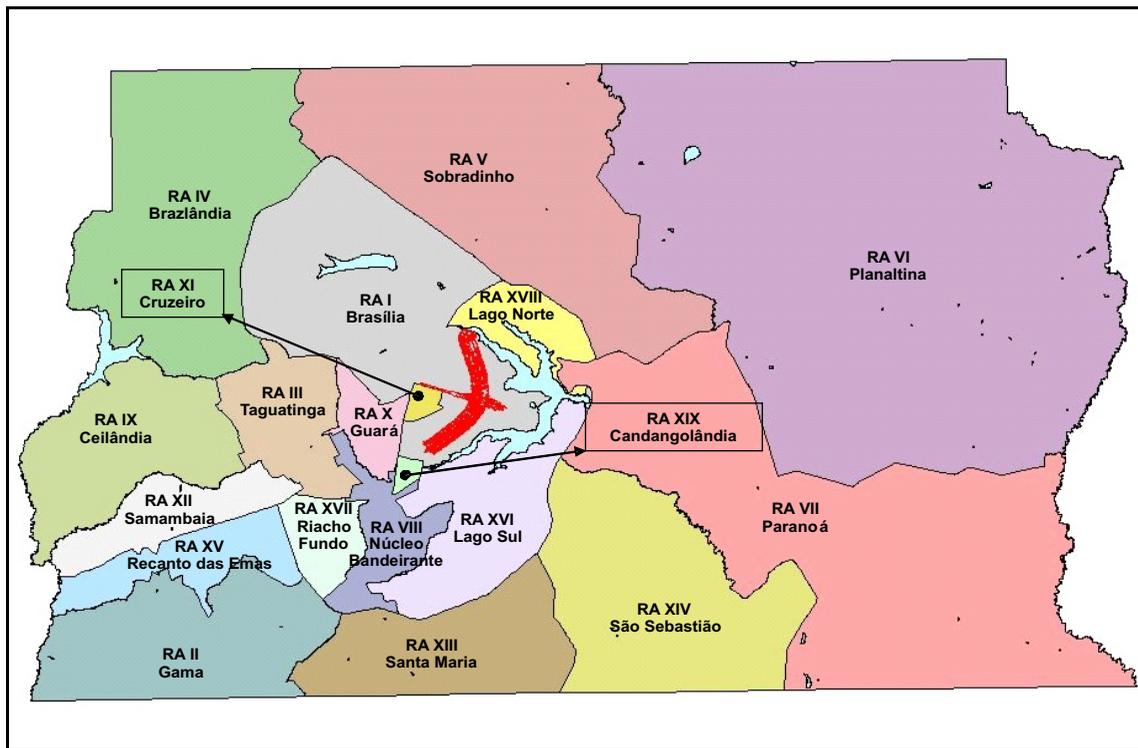
Fontes: Levantamento Aerofotogramétrico 1991 e Diário Oficial do Distrito Federal - DODF

Mapa V - Distribuição Territorial do Distrito Federal - 1989



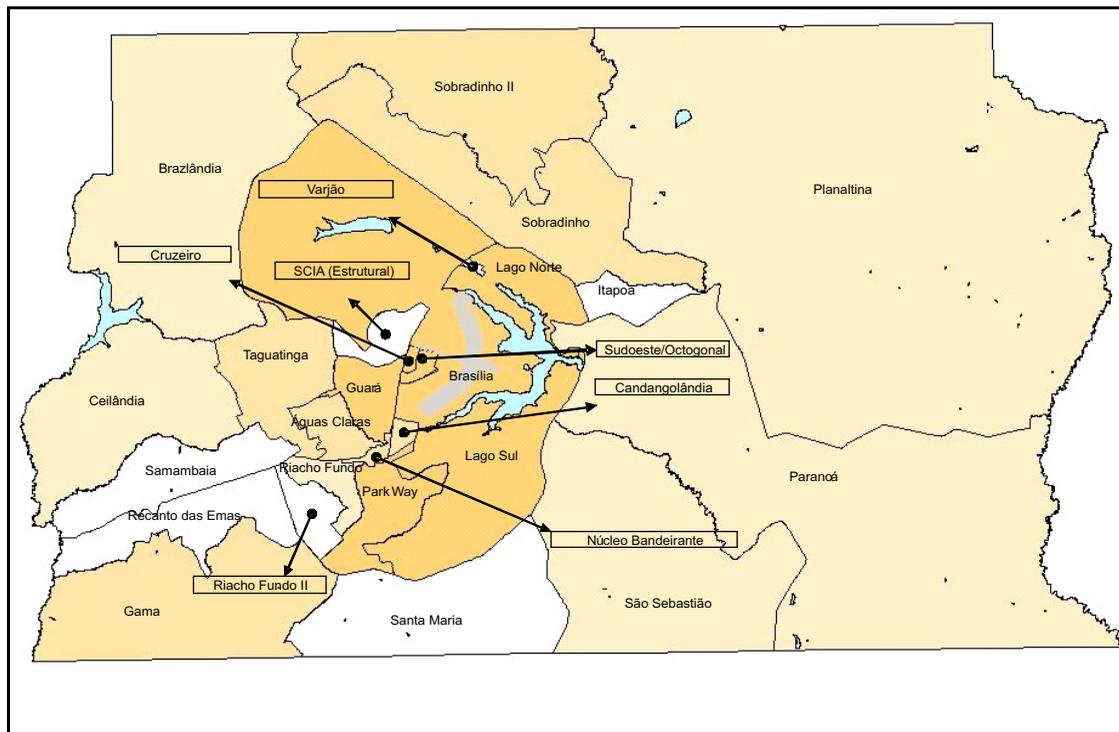
Fontes: Levantamento Aerofotogramétrico 1991 e Diário Oficial do Distrito Federal - DODF

Mapa VI - Distribuição Territorial do Distrito Federal - 1994



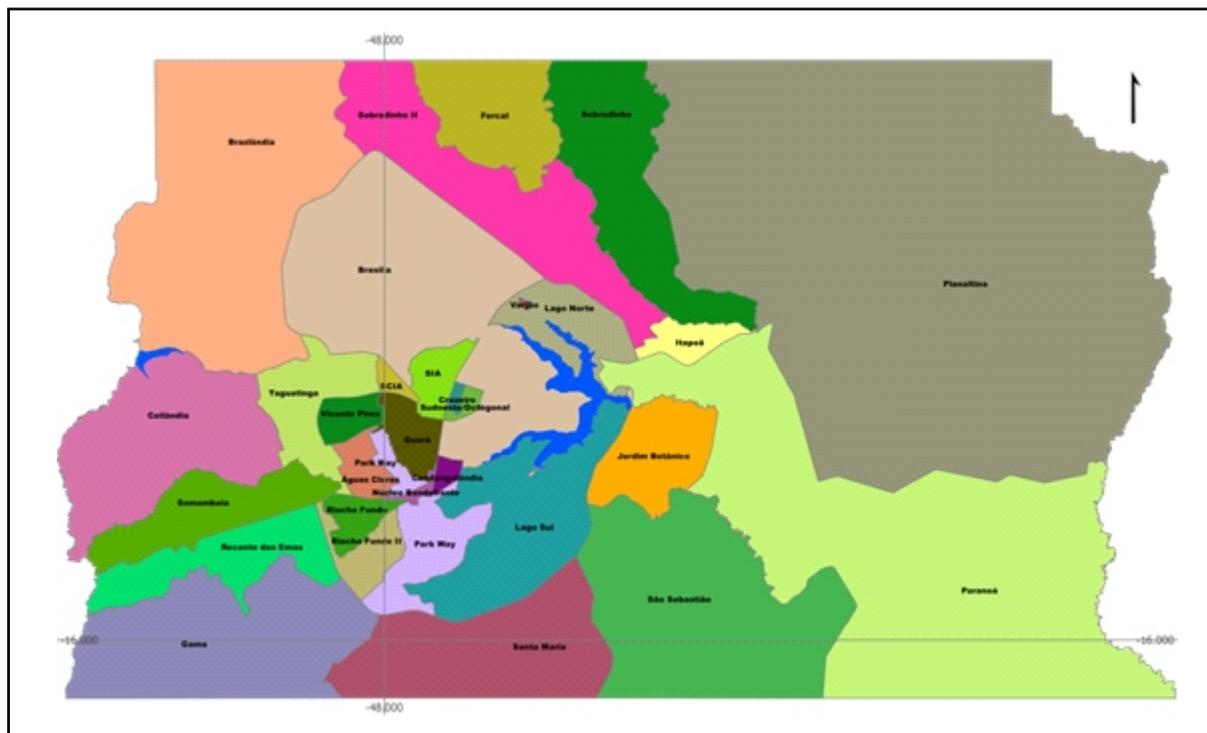
Fontes: Levantamento Aerofotogramétrico 1997 e Diário Oficial do Distrito Federal DODF

Mapa VII - Distribuição Territorial do Distrito Federal - 2004



Fontes: SEPLAN/Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD

Mapa VIII - Distribuição Territorial do Distrito Federal - 2013



Fontes: SEPLAN/Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD
Nota: Delimitação não oficial feita pela Codeplan para fins de estudo

6 - Governantes do Distrito Federal

O primeiro prefeito da nova Capital foi Israel Pinheiro, nomeado antes mesmo da inauguração de Brasília, em 17 de abril de 1960. Hélio Prates foi o primeiro governador do Distrito Federal. Até 1988 todos os prefeitos e governadores foram indicados e nomeados pelo Presidente da República (Quadros II e III).

Com a promulgação da Constituição, em 1988, ficaram estabelecidas eleições diretas para governador do Distrito Federal. O primeiro governador eleito foi Joaquim Domingos Roriz, que já havia governado a Capital, por nomeação do Presidente da República, José Sarney, no período compreendido entre 1988 e 1990.

Entre 1991 e 2014, os governadores exerceram o cargo, eleitos ou interinos, além de Rogério Schumann Rosso, eleito por voto indireto pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, que assumiu o Executivo para um mandato tampão após a cassação do então governador José Roberto Arruda. Na eleição de 31 de outubro de 2010, Agnelo Queiroz tornou-se governador do Distrito Federal e foi empossado em cerimônia oficial em 1º de janeiro de 2011 e terminou seu mandato em 31 de dezembro de 2014. Em 1º de janeiro de 2015, Rollemberg tomou posse para um mandato de quatro anos¹⁰.

Quadro II - Prefeitos - Distrito Federal

Prefeitos	Início do mandato	Fim do mandato
Israel Pinheiro da Silva	21 de abril de 1960	31 de janeiro de 1961
Bayard Lucas de Lima (interino)	31 de janeiro de 1961	6 de fevereiro de 1961
Paulo de Tarso Santos	6 de fevereiro de 1961	25 de setembro de 1961
Ângelo Dario Rizzi (interino)	25 de setembro de 1961	6 de novembro de 1961
José Sette Câmara Filho	6 de novembro de 1961	22 de agosto de 1962
Ivo de Magalhães	22 de agosto de 1962	6 de abril de 1964
Ivan de Souza Mendes (interino)	6 de abril de 1964	18 de maio de 1964
Plínio Cantanhede	18 de maio de 1964	15 de março de 1967
Wadjô da Costa Gomide	15 de março de 1967	12 de novembro de 1969

⁽¹⁰⁾ Cf. Brasília - 50 anos - A história em painéis - Arquivo Público do Distrito Federal, pág. 16

Quadro III - Governadores - Distrito Federal

Governadores	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
Hélio Prates da Silveira	12 de novembro de 1969	15 de março de 1974	Nomeado pelo Presidente da República
Elmo Sereje Farias	2 de abril de 1974	29 de março de 1979	Nomeado pelo Presidente da República
Aimé Alcibiades Silveira Lamaison	29 de março de 1979	2 de julho de 1982	Nomeado pelo Presidente da República
José Ornellas de Souza Filho	2 de julho de 1982	8 de abril de 1985	Nomeado pelo Presidente da República
Ronaldo Costa Couto (interino)	8 de abril de 1985	9 de maio de 1985	Nomeado pelo Presidente da República
José Aparecido de Oliveira	9 de maio de 1985	19 de setembro de 1988	Nomeado pelo Presidente da República
Joaquim Domingos Roriz	19 de setembro de 1988	9 de março de 1990	Nomeado pelo Presidente da República
Wanderley Vallim da Silva	9 de março de 1990	15 de março de 1991	Nomeado pelo Presidente da República
Joaquim Domingos Roriz	15 de março de 1991	1º de janeiro de 1995	Governador eleito
Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque	1º de janeiro de 1995	1º de janeiro de 1999	Governador eleito
Joaquim Domingos Roriz	1º de janeiro de 1999	1º de janeiro de 2003	Governador eleito
Joaquim Domingos Roriz	1º de janeiro de 2003	31 de março de 2006	Governador reeleito
Maria de Lourdes Abadia	31 de março de 2006	1º de janeiro de 2007	Vice-governadora eleita que assumiu após a saída do governador Joaquim Roriz
José Roberto Arruda	1º de janeiro de 2007	16 de março de 2010	Governador eleito e cassado
Paulo Octávio Alves Pereira	11 de fevereiro de 2010	23 de fevereiro de 2010	Vice-governador eleito assumiu após saída de José Roberto Arruda e renunciou
Wilson Ferreira de Lima	23 de fevereiro de 2010	19 de abril de 2010	Presidência da Câmara legislativa que assumiu após a renúncia de Paulo Octávio Alves Pereira
Rogério Schumann Rosso	19 de abril de 2010	1º de janeiro de 2011	Governador eleito indiretamente
Agnelo Queiroz	1º de janeiro de 2011	1º de janeiro de 2015	Governador eleito
Rodrigo Rollemberg	1º de janeiro de 2015		Governador eleito

O Distrito Federal está dividido, em 31 regiões administrativas, cujos limites físicos ainda não estão legalmente definidos. Apenas as 19 regiões criadas até 1994 têm suas poligonais oficializadas. Vários estudos técnicos foram encaminhados à Câmara Legislativa, como Projetos de Lei, mas nenhum foi até então aprovado. Para realizar estudos e pesquisas a Codeplan elaborou uma delimitação.

Cada Região Administrativa tem um administrador regional, nomeado pelo governador, e responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos.



A lei e a data de criação das Regiões Administrativas podem ser visualizadas no quadro IV. Funcionalmente, a Administração Regional assemelha-se a uma prefeitura municipal, e a atividade do administrador regional corresponde à de um prefeito, mas sem plena autonomia.

Quadro IV - Lei e data de criação das Regiões Administrativas - Distrito Federal

Regiões Administrativas	Lei de Criação	Data
RA I - Plano Piloto	4.545	10/12/1964
RA II - Gama	4.545	10/12/1964
RA III - Taguatinga	4.545	10/12/1964
RA IV - Brazlândia	4.545	10/12/1964
RA V - Sobradinho	4.545	10/12/1964
RA VI - Planaltina	4.545	10/12/1964
RA VII - Paranoá	4.545	10/12/1964
RA VIII - Núcleo Bandeirante	049	25/10/1989
RA IX - Ceilândia	049	25/10/1989
RA X - Guará	049	25/10/1989
RA XI - Cruzeiro	049	25/10/1989
RA XII - Samambaia	049	25/10/1989
RA XIII - Santa Maria	348	04/11/1992
RA XIV - São Sebastião	467	25/06/1993
RA XV - Recanto das Emas	510	28/07/1993
RA XVI - Lago Sul	643	10/01/1994
RA XVII - Riacho Fundo	620	15/12/1993
RA XVIII - Lago Norte	641	10/01/1994
RA XIX - Candangolândia	658	27/01/1994
RA XX - Águas Claras	3.153	06/05/2003
RA XXI - Riacho Fundo II	3.153	06/05/2003
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	3.153	06/05/2003
RA XXIII - Varjão	3.153	06/05/2003
RA XXIV - Park Way	3.255	29/12/2003
RA XXV - SCIA (Estrutural) ⁽¹⁾	3.315	27/01/2004
RA XXVI - Sobradinho II	3.314	27/01/2004
RA XXVII - Jardim Botânico	3.435	31/08/2004
RA XXVIII - Itapoã	3.527	03/01/2005
RA XXIX - SIA ⁽²⁾	3.618	14/07/2005
RA XXX - Vicente Pires	4.327	26/05/2009
RA XXXI - Fercal	4.745	29/01/2012

Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal - DODF - Dados elaborados pela Codeplan
 Nota: (1) SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - inclui a Vila Estrutural
 (2) SIA - Setor de Indústria e Abastecimento



7 - Histórico das Regiões Administrativas do Distrito Federal

As primeiras localidades do Distrito Federal foram projetadas e implantadas paralelamente à construção da nova Capital da República. Planaltina e Brazlândia foram ampliadas a partir de núcleos urbanos já existentes. O Núcleo Bandeirante surgiu em decorrência da urbanização da pioneira Cidade Livre. Nos projetos das cidades-satélites, aplicaram-se os mesmos princípios urbanísticos de Brasília ajustados às condições socioeconômicas e funcionais de cada uma.

Plano Piloto (RA I)

Foi inaugurada em 21 de abril de 1960, após 1.000 dias de construção inicialmente com o nome de Brasília. A capital foi tombada pela Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987. A RA I, no entanto, só foi criada em 1964, pela Lei nº 4.545 e ratificada pela Lei nº 49/89.

Em setembro de 1997, de acordo com a Lei nº 1.648, a RA Brasília passa a denominar-se Região Administrativa do Plano Piloto - RA I.

A RA Plano Piloto é composta pela Asa Norte, Asa Sul, Estação Rodoviária, Setores de Oficinas, Armazenagem e Abastecimento, Indústrias Gráficas, Embaixadas Norte e Sul, Militar Urbano, Clubes, entre outros. Inclui ainda Parque Sarah Kubitschek (Parque da Cidade); Área de Camping; Eixo Monumental; Esplanada dos Ministérios; as Vilas: Planalto, Telebrasilândia e Wesleyan Roriz. A partir de 1994, o Cruzeiro, o Lago Sul e o Lago Norte, então pertencentes a Brasília, tornaram-se regiões administrativas independentes.

População urbana estimada em 2013: 216.488 habitantes.

Gama (RA II)

Com a transferência do Distrito Federal para o Planalto Central, as terras que pertenciam às fazendas Gama, Ponte Alta, Ipê e Alagado ficaram dentro da área escolhida. Em 1960, começou a se formar o povoamento que daria origem ao Gama. Os dados do Censo Experimental de Brasília realizado pelo Instituto Brasileiro de



Geografia e Estatística - IBGE, em 1959, mostram que residiam na futura área do Gama cerca de 1.000 pessoas.

A cidade foi fundada em 1966 para acolher as famílias de uma invasão situada na Barragem do Paranoá, moradores transferidos da Vila Planalto e da Vila Amauri. Posteriormente abrigou habitantes do Setor de Indústria de Taguatinga. Transformou-se na Região Administrativa - RA II em 1989 por meio da Lei nº 49/89 e do Decreto nº 11.921/89, que fixou os novos limites das regiões administrativas do Distrito Federal.

O Gama está a 30 Km do Plano Piloto, e a região é formada por área urbana e rural. A urbana caracteriza-se por um traçado hexagonal, assemelhando-se a uma colmeia dividida em seis setores: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e de Indústria.

A área rural é formada pelo Núcleo Rural Monjolo, pela Colônia Agrícola Ponte Alta, Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Ponte Alta Norte e Alagado. O Núcleo Rural Santa Maria permaneceu como área rural da RA II - Gama até 1992, quando se transformou em região administrativa.

População urbana estimada em 2013: 134.959 habitantes.

Taguatinga (RA III)

Foi fundada em 5 de junho de 1958, em terras que anteriormente pertenciam à fazenda Taguatinga, em função do superpovoamento da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), que já não tinha condições para abrigar o grande número de trabalhadores que chegavam de toda parte do País para a construção da nova capital. Dessa forma, antecipava o projeto de Lúcio Costa que previa uma cidade satélite para 25.000 habitantes, a ser construída apenas dez anos após a inauguração da Capital.

Inicialmente, a cidade se chamava Vila Sarah Kubitschek. Depois o nome foi alterado para Santa Cruz de Taguatinga, permanecendo apenas Taguatinga, cuja origem indígena significa Ave Branca.

Em 1964, a Lei nº 4.545 de 10 de dezembro dividiu o Distrito Federal em oito regiões administrativas - RAs, denominando para Taguatinga, RA III. Posteriormente, devido ao crescimento populacional e pela necessidade de novos espaços para habitação, ocorreu o desmembramento nas cidades, Ceilândia e Samambaia, que faziam parte do território original da RA até 1989.

Em 2003, foi desmembrada também de Taguatinga a Região Administrativa Águas Claras, e em 2009 a última a ser criada, Vicente Pires - RAXXX.

População urbana estimada em 2013: 212.863 habitantes.



Brazlândia (RA IV)

Anterior à construção de Brasília, Brazlândia era um povoado que integrava a área rural do município goiano de Luziânia, do qual foi desmembrado para se inserir na área do quadrilátero onde seria a nova capital.

A origem do nome Brazlândia está associada à localização do povoado, próximo à fazenda da família Braz, às margens da antiga Rodovia Goiânia-Planaltina, referência mais antiga que se tem quanto à sua criação, datada de 1932.

Quando a então Brasília foi inaugurada, a localidade possuía menos de 1.000 moradores. Ao longo dos anos, foi sendo povoada e tornou-se uma das maiores produtoras de hortifrutigranjeiros do Distrito Federal.

A represa do Rio Descoberto e a formação do Lago Descoberto que antes faziam parte de antigas fazendas da região, hoje são responsáveis pelo abastecimento de mais de 60% da água de todo o Distrito Federal.

A área é dividida em Setor Tradicional, onde se originou a cidade, Setores Norte e Sul, Vila São José e Bairro Veredas. Na região encontram-se também os Núcleos Alexandre Gusmão, Dois Irmãos, Engenho Queimado, Desterro, Chapadinha e Barreiro. Brazlândia tornou-se Região Administração IV por meio da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

População urbana estimada de Brazlândia em 2013: 51.121 habitantes.

Sobradinho (RA V)

A cidade foi fundada em 13 de maio de 1960 para abrigar a população que vivia nos acampamentos de empreiteiras localizadas na Vila Amauri, no Bananal e nas invasões próximas à Vila Planalto, inundadas pelas águas do Lago Paranoá, e também os funcionários da Novacap e do Banco do Brasil que vieram para a implantação da nova capital.

A partir de março de 1960, cerca de 30 famílias, diariamente, eram transferidas para a cidade. Ao final do ano, o local contava com mais de 8.000 famílias. Mais tarde, a área foi adensada por moradores que compraram lotes regularizados.

Em 1964, por meio da Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1965, Sobradinho se tornou a Região Administrativa V e o Decreto nº 11.921 fixou os limites da região.

No início dos anos 1990 foi criado o Núcleo Habitacional Sobradinho II em consequência do Programa de Assentamento de População de Baixa Renda. O objetivo seria transferir as famílias que residiam no mesmo lote e também fixar os moradores das invasões do Ribeirão Sobradinho e Lixão. Nesta época começaram a



surgir os condomínios irregulares. Em 27 de janeiro de 2004, com a Lei nº 3.314, Sobradinho II foi desligada de Sobradinho e transformada na RAXXVI.

População urbana estimada em 2013: 63.716 habitantes.

Planaltina (RA VI)

Cidade mais antiga do Distrito Federal, fundada em 1859 e integrada ao DF em 1960, a partir desse momento considerável contingente populacional oriundo de invasões da Vila Vicentina, Setor Residencial Leste (Vila Buritis I, II e III), Setor Residencial Norte A (Jardim Roriz) foi incorporado à localidade.

Os primeiros estudos da Comissão Cruls para a implantação da futura capital do Brasil incluíram também a região de Planaltina. Em 1955, a comissão chefiada por Marechal José Pessoa Cavalcante delimitou definitivamente o quadrilátero do Distrito Federal que passou a ocupar uma área de 5.814 Km².

Planaltina foi um dos municípios de Goiás que teve seu território dividido, ficando a sua sede dentro da área do Distrito Federal e incorporou-se à estrutura administrativa implantada à época. Planaltina perde então a condição de município e passa a funcionar como cidade satélite. A outra parte que ficou fora do quadrilátero, passou a chamar-se Planaltina de Goiás, conhecida como Brasilinha.

Em 1964, a Lei nº 4.545 de 10 de dezembro dividiu o Distrito Federal em oito Regiões Administrativas - RAs, e foi denominada Planaltina, RAVI.

População urbana estimada em 2013: 185.375 habitantes

Paranoá (RA VII)

A Vila Paranoá originou-se do acampamento dos pioneiros que trabalhavam na construção da Barragem do Lago Paranoá em 1957. Após o término da obra os pioneiros permaneceram no local e outros imigrantes ocuparam a área próxima à antiga vila, de forma desordenada.

Em 1960, o acampamento abrigava cerca de três mil moradores em 800 barracos, assentados próximo à Barragem do Lago Paranoá.

Em 10 de dezembro de 1964, com a Lei nº 4.545, foi criada a Região Administrativa do Paranoá. Porém, somente em 25 de outubro de 1989, com o Decreto nº 11.921 foram fixados os novos limites e a transferência do assentamento para área definitiva do Paranoá.



Após a fixação da Vila Paranoá, a área do antigo acampamento tornou-se o Parque Vivencial do Paranoá aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente - CAUMA, em 1992, e instituído pelo GDF por meio do Decreto nº 15.899/94.

População urbana estimada em 2013: 46.234 habitantes.

Núcleo Bandeirante (RA VIII)

Constitui um dos principais núcleos de povoamento anteriores à inauguração da então Brasília, tendo à época a função comercial no contexto da construção da nova capital federal. A existência da localidade estava limitada ao período da construção da Capital (1956-1960).

Para incentivar a vinda de comerciantes, foi permitido a estes não só a fixar residências, como também concedida a isenção de impostos. Daí o nome de Cidade Livre.

Até a inauguração da capital, os lotes eram emprestados sob a forma de comodato, isto é, sem escritura, admitindo-se que o núcleo habitacional era provisório. A partir de 1960, uma vez cancelado o contrato de comodato, os comerciantes foram transferidos para Brasília, mas os terrenos acabaram sendo invadidos por famílias de baixa renda que ali se fixaram.

A área atrelada à região administrativa é composta pelo Núcleo Bandeirante propriamente dito, Vila Metropolitana, Setor de Clubes, Vila Nova Divinéia, Agrovila Vargem Bonita, Colônia Agrícola Núcleo Bandeirante I e II e Área Isolada Vargem Bonita. Em 25 de outubro de 1989 por meio da Lei nº 049, foi criada a VIII Região Administrativa do Distrito Federal. Antes da criação da RA, o Núcleo Bandeirante fazia parte da então RAI- Brasília.

População urbana estimada em 2013: 23.714 habitantes.

Ceilândia (RA IX)

A cidade surgiu em decorrência da primeira Campanha de Erradicação de Favelas - CEI, que aconteceu no Distrito Federal, realizada pelo governo local. As remoções para a nova cidade foram iniciadas em 27 de março de 1971, estabelecendo a data de sua fundação a partir da transferência de cerca de 80 mil moradores das favelas das Vilas do IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Morro do Querosene.

A chegada constante de novos migrantes ao Distrito Federal e a criação do Programa Habitacional da Sociedade de Habitação de Interesse Social - SHIS levaram o governo a criar outras áreas em Ceilândia. Em



1976, foi criada a QNO (Quadra Norte “O”) e, em 1977, surgiu o Núcleo Guariroba, situado na Ceilândia Sul. Depois criaram os setores “P” Norte e “P” Sul (1979). Em 1985, foi expandido o Setor “O”. Em 1988 ocorreu o acréscimo do Setor “N”, em 1989, o Setor “P” Sul e QNQ e em 1992 o Setor “R”.

Hoje, Ceilândia possui uma área urbana de 29,10 Km² e está subdividida em diversos setores: Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, P Sul, P Norte, Setor O, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção e parte do INCRA (área rural da região administrativa), setor Privê, e condomínios que estão em fase de legalização, como o Pôr do Sol e o Sol Nascente. A RA está situada a 26 quilômetros da RA I - Plano Piloto.

ARAIX foi criada pela Lei nº 49/89, e o Decreto nº 11.921/89, por desmembramento da RA III - Taguatinga.

População urbana estimada em 2013: 451.872 habitantes.

Guará (RA X)

A construção do Guará iniciou-se em 1967 para absorver funcionários públicos e trabalhadores do Setor de Indústria e Abastecimento SIA, de invasões e núcleos provisórios, com as primeiras casas construídas por meio de mutirão. Seu nome se deve ao córrego Guará, em homenagem ao lobo Guará, espécie do Planalto Central e muito comum na região à época da construção de Brasília.

Em 1969, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e a antiga SHIS, hoje Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB criaram um novo setor na região – o Guará II, para atender os funcionários da União.

A Região Administrativa do Guará foi criada pela Lei nº 049 em 25 de outubro de 1989, que a definiu como RA X, formada pelo Guará I e II e Quadras Econômicas Lúcio Costa - QELC, SMAS Tr. 1 e 2, SGCV e SOF/Sul.

População urbana estimada em 2013: 119.924 habitantes.

Cruzeiro (RA XI)

A ocupação do Cruzeiro deu-se no ano de 1955 nas terras da Fazenda Bananal (área desapropriada para a construção da nova capital) para abrigar funcionários públicos do Rio de Janeiro transferidos para a nova Capital. Em 1958 começaram as primeiras construções de casas geminadas para receberem esses funcionários.



Concebido como parte do Plano Piloto, o Cruzeiro foi fundado em novembro de 1959. A equipe de Lúcio Costa foi responsável pelo projeto urbanístico do Cruzeiro e do nome inicial, Setor de Residências Econômicas Sul - SRES, atual Cruzeiro Velho. No fim dos anos 1960, o setor vizinho, o Cruzeiro Novo, deu nova conformação ao desenho urbano, habitado por funcionários do GDF e da iniciativa privada. No decênio seguinte, foi implantada a Área Octogonal Sul; o setor ganha, então, uma nova configuração.

Em 1988, o projeto Brasília Revisitada concebeu o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste - SHCSW, criado em 1989, como parte do Cruzeiro.

A Região Administrativa do Cruzeiro foi criada pela Lei nº 049 em 25 de outubro de 1989, que a definiu como RAXI por desmembramento da então RAI - Brasília. Em 6 de maio de 2003, uma nova configuração é dada ao Cruzeiro, que por desmembramento de área, perde os Setores Sudoeste/Octogonal, que a partir da publicação da Lei nº 3.153, o transformou na Região Administrativa XXII. Hoje é formada pelas áreas urbanas do Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo.

A Região Administrativa do Cruzeiro encontra-se dentro da Poligonal de tombamento do Plano Piloto e, desde 1992, é considerada Patrimônio Histórico e Artístico da Humanidade, conforme prevê o Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937, e a Portaria nº 314 de 08/10/1992, do atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, do Ministério da Cultura.

População urbana estimada em 2013: 32.180 habitantes.

Samambaia (RA XII)

O surgimento da Região Administrativa resultou das diretrizes adotadas no Plano Estrutural de Organização Territorial - PEOT, elaborado em 1978, que determinava vetores de ampliação das áreas urbanas em decorrência do rápido crescimento populacional do DF e da conseqüente demanda habitacional. Em 1981, elaborou-se o estudo preliminar - Projeto Samambaia, implementado oficialmente em 1982.

Em 1988, foram construídas 3.381 casas financiadas pelo Banco Nacional - BNH, destinadas às famílias de baixa renda. Mas, no período de 1989 a 1992 a localidade foi ocupada por um grande contingente populacional oriundo de invasões, cortiços e inquilinos de fundo de quintal, em conseqüência do grande fluxo migratório à época. Esta população foi transferida para a região recebendo do Governo do Distrito Federal - GDF, sob o "Sistema Concessão de Uso", lotes ainda semiurbanizados. Samambaia foi criada em 25 de outubro de 1989 pela Lei nº 049/89, que a definiu como RAXII.

O local escolhido para implantação da RA pertencia ao Núcleo Rural de Taguatinga, formado por um conjunto de chácaras. Parte desse espaço começou a ser desapropriado, posteriormente, para permitir a sua expansão.



O nome da Região Administrativa está associado ao nome do córrego que corta a região, cuja nascente se encontra logo abaixo das quadras residenciais 127 e 327, onde era encontrada em abundância a planta samambaia.

A área está dividida nos setores Norte e Sul, na Área Isolada Guariroba e no Núcleo Rural Tabatinga, lotes 49 a 64. Em 1996, o Setor de Mansões Leste (SML) foi desmembrado de Samambaia, passando a integrar a RA III - Taguatinga.

População urbana estimada em 2013: 228.355 habitantes.

Santa Maria (RA XIII)

Foi criada em 4 de novembro de 1992 por meio da Lei nº 348/92, e regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93, que a constituiu na XIII RA do Distrito Federal.

Santa Maria fazia parte da área rural da cidade do Gama até 1992. A Região Administrativa é fruto de Programa de Assentamentos Habitacionais do Governo do Distrito Federal que tinha como objetivo erradicar invasões e atender a demanda habitacional das famílias de baixa renda. A localidade é rodeada por dois ribeirões, Alagado e Santa Maria, tendo este originado o nome da região administrativa.

A RA XIII é composta por áreas urbana, rural e militar. Os Núcleos Rurais, Alagado e Santa Maria; Áreas Isoladas, Água Quente, Santa Bárbara e Colônia Agrícola Visconde de Inhaúma fazem parte da Região Administrativa. Na área militar estão localizados o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo - CINDACTA do Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa, pertencente ao Ministério da Marinha.

População urbana estimada em 2013: 122.722 habitantes.

São Sebastião (RA XIV)

As terras que hoje constituem a Região Administrativa XIV pertenciam, antes da mudança da nova capital, às fazendas Taboquinha, Papuda e Cachoeirinha. Com o início das obras da construção da nova capital Brasília, essas fazendas foram desapropriadas e, a partir de 1957, nelas se instalaram olarias. Posteriormente, as terras foram arrendadas por meio da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, com objetivo de atender a demanda da construção civil existente na época.

Mesmo com as olarias desativadas, a população permaneceu na área desenvolvendo-se um vilarejo, ao longo do córrego Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio, que ficou conhecido como Agrovila São Sebastião.



No princípio, a Agrovila era habitada por comerciantes de areia, cerâmica e olaria. Com a intensificação da imigração, surgiram várias invasões de áreas públicas, cujos moradores, posteriormente, foram removidos para a localidade.

Até 1993, a Agrovila São Sebastião fazia parte da RA VII - Paranoá, e por meio da Lei nº 467/93 foi criada a Região Administrativa São Sebastião. Até 2004, parte do Jardim Botânico fazia parte da região, quando a Lei nº 3.435 de 31/08/2004 a transformou na Região Administrativa XXVII.

População urbana estimada em 2013: 98.909 habitantes.

Recanto das Emas (RA XV)

A Região Administrativa Recanto das Emas foi criada em 28 de julho de 1993 pela Lei nº 510/93 e regulamentada pelo Decreto nº 15.046/93, para atender o programa de assentamento do Governo do Distrito Federal e erradicar, principalmente, as invasões localizadas na então RA I - Brasília.

O nome da RA originou-se da associação entre o sítio arqueológico existente nas redondezas, designado, Recanto, e o arbusto canela-de-ema, muito comum naquela área. Antigos moradores contavam que havia na região uma grande quantidade de emas – espécie própria do cerrado e, diante do processo de ocupação rural e urbana, esses animais foram ficando cada vez mais raros. Algumas aves teriam sido doadas ao Jardim Zoológico de Brasília.

A RA XV tem uma área territorial de 101,48 Km², sendo 8,80 Km² de área urbana. Está localizada a 25,8 Km da RA Plano Piloto e limita-se ao norte com a Samambaia, ao sul, com o Gama, a leste com Riacho Fundo II e a oeste com o Município Santo Antônio do Descoberto - Goiás.

Atualmente, a Região Administrativa Recanto das Emas conta com 59 quadras residenciais e o comércio local, incluindo uma Área de Desenvolvimento Econômico - ADE.

População urbana estimada em 2013: 138.998 habitantes.

Lago Sul (RA XVI)

O povoamento da área iniciou-se com a construção de casas para servir de residências aos diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap. Fez parte da então RA I - Brasília, até ser criada, por meio da Lei nº 643/94 e regulamentada pelo Decreto nº 15.515/94.



A Região Administrativa está dividida em setores de Habitação Individual Sul, de Mansões Urbanas Dom Bosco e de Estaleiros, Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Base Aérea de Brasília e o Campo Experimental Água Limpa da Universidade de Brasília.

População urbana estimada em 2013: 30.630 habitantes.

Riacho Fundo (RA XVII)

Em 1990, por iniciativa do Governo do Distrito Federal, foi instituído o programa de assentamento habitacional para erradicar as invasões. Como parte desse programa, a Granja Riacho Fundo foi loteada, transferindo para lá famílias cadastradas na antiga Sociedade de Habitação de Interesse Social - SHIS, atual CODHAB, que eram moradoras da invasão do Bairro Telebrasilândia e de outras localidades.

O nome Riacho Fundo originou-se da granja do mesmo nome, localizada à margem do Ribeirão Riacho Fundo, criada logo após a inauguração de Brasília onde havia uma vila residencial para os funcionários.

Em 15 de dezembro de 1993, com a promulgação da Lei nº 620/93 e o Decreto nº 15.514/94, a área que antes pertencia à RA do Núcleo Bandeirante foi desmembrada e transformou-se na RA XVII do Distrito Federal.

Em fevereiro de 1994, foi criado o parcelamento do Riacho Fundo II, como parte integrante do Riacho Fundo que, em 2003, passou a ser uma nova região administrativa.

A área urbana da Região Administrativa do Riacho Fundo está hoje dividida no antigo bairro transferido da Telebrasilândia (atual QN 01) e formada também pelas Quadras Sul (QS); Quadras Norte (QN); Área Central (AC) e Setor de Oficina e Pequenas Indústrias (QOF).

População urbana estimada em 2013: 37.605 habitantes.

Lago Norte (RA XVIII)

Quando foi feita a divisão territorial do Distrito Federal, suas terras pertenciam à então RA I - Brasília. A Novacap elaborou os projetos de urbanização da área e da Península Norte, que posteriormente, passaram a ser apenas o Lago Norte. ARA foi criada pela Lei nº 641/94 e regulamentada pelo Decreto nº 15.516/94.

Sua área é composta pelos setores de Mansões do Lago - SML, de Habitação Individual Norte - SHIN e Área Comercial. Até 2003, abrigava também o Varjão.

População urbana estimada em 2013: 34.183 habitantes.



Candangolândia (RA XIX)

A localidade surgiu do primeiro acampamento oficial construído em 1956 pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap. A sede abrigava da Companhia, residências das equipes, posto de saúde, hospital, posto policial, dois restaurantes, e escola para os filhos dos moradores.

Em 1959, com a transferência da Novacap para o Plano Piloto, a Candangolândia passou a ser conhecida como Velhacap. Transforma-se, assim, em alternativa de moradia para migrantes que chegavam com a intenção de trabalhar na construção.

O nome da cidade é uma homenagem aos pioneiros, chamados candangos (termo de origem africana que significa trabalhador braçal). Em 27 de janeiro de 1994, por meio da Lei nº 658/94, foi denominada XIX Região Administrativa do Distrito Federal.

Hoje, grande parte da área da RA é ocupada pelo Jardim Zoológico de Brasília. Candangolândia está inserida na Poligonal de Tombamento Urbanístico de Brasília. Essa condição impõe limites ao crescimento da RA, seja do gabarito, seja da expansão territorial.

População urbana estimada em 2013: 16.886 habitantes.

Águas Claras (RA XX)

A Região Administrativa conta com uma área total de 31,50 Km² e está a 20 Km da Região Administrativa Brasília. Engloba três setores: Águas Claras (Vertical), Areal, Setor Habitacional Arniqueiras, compreendendo Veredas da Cruz, Setor Veredas e Veredão.

O bairro de Águas Claras surgiu em 1984, com as quadras QS 01 a QS 09 ímpares, incluindo o antigo Setor de Áreas Complementares. Em 1989, a invasão Vila Areal foi regularizada, configurando as quadras pares do bairro QS 06 a QS 10.

Arniqueiras, por sua vez, era um núcleo rural que foi transformado em área urbana e ainda se encontra em processo de regularização. Já Águas Claras Vertical foi projetada pelo arquiteto e urbanista Paulo Zimbres e começou a ser construída na década de 1990.

Em dezembro de 1992, a Lei nº 385/02 autorizou a implantação do Bairro de Águas Claras na RA III de Taguatinga e aprovou o respectivo Plano de Ocupação.

Com a criação de mais Regiões Administrativas, por parte do Governo do Distrito Federal, a Lei nº 3.153 transformou Águas Claras em RA, ao desmembrar-se da área de Taguatinga.



Águas Claras possui um parque ecológico, criado em 2000, por projeto de lei do GDF. Além do prédio da Administração e de um outro para eventos, possui várias quadras desportivas, playground, churrasqueiras e trilhas para caminhada e ciclismo. Dentro do parque também funciona uma unidade de polícia florestal.

Águas Claras é cortada pela linha do Metrô do Distrito Federal e possui quatro estações: Arniqueiras, Central Águas Claras, Concessionárias e Estrada Parque.

População urbana estimada em 2013: 118.864 habitantes.

Riacho Fundo II (RA XXI)

O Decreto nº 15.441/94 criou o parcelamento do Riacho Fundo II, como parte integrante do Riacho Fundo, com a promulgação da Lei nº 620/93.

A história do Riacho Fundo II teve início com a ocupação por pessoas que ficaram acampadas à beira da pista, em busca do direito à moradia própria, em 1995.

Em maio de 2003, a Lei nº 3.153 transformou o parcelamento do Riacho Fundo II na Região Administrativa XXI. Antes dessa lei, a localidade era uma subadministração subordinada à Administração do Riacho Fundo.

Seu território está dividido em quatro áreas urbanas: Quadras Industriais - QI, Quadras Nortes - QN, Quadras Centrais - QC e Quadras Sul - QS e os Conglomerados Agro urbanos de Brasília I e II - CAUB I e II.

População urbana estimada em 2013: 39.423 habitantes.

Sudoeste/Octogonal (RA XXII)

Criada pela Lei de nº 3.153/03, em função do desmembramento de área da RA XI - Cruzeiro. As Áreas Octogonais foram inauguradas na década de 1980, enquanto o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste - SHCSW surgiu em 1988 como parte integrante do projeto "Brasília Revisitada", do urbanista Lúcio Costa, criado em 10 de julho de 1989. Constituiu uma alternativa de moradia para a população de alto e médio poder aquisitivo.

De formação essencialmente urbana, a RA contém, além das áreas residenciais e setores comerciais, as quadras mistas, o Hospital das Forças Armadas e o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET.

População urbana estimada em 2013: 52.273 habitantes.



Varjão (RA XXIII)

No final da década de 1950, as terras do Varjão pertenciam à Fazenda Brejo ou Torto e estavam localizadas no Município de Planaltina. O início do povoamento da Vila Varjão surgiu na década de 1960, com a chegada das primeiras famílias que vieram desenvolver atividades agrícolas. No começo do ano de 1970, segundo informações de antigos moradores, as pessoas que tinham a posse da área dividiram os lotes entre os empregados, embora a terra fosse de propriedade do GDF e administrada pela Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília.

A partir de então, novas divisões foram feitas e os lotes redistribuídos entre parentes próximos e amigos de forma irregular e desordenada, principalmente entre 1977 e 1982. Em 1991, o GDF assinou o Decreto nº 13.132, estabelecendo a fixação da população no local e determinou a elaboração de um projeto urbanístico para sua implantação definitiva.

Em 1997, com o objetivo de regularizar a situação fundiária de toda a área da Vila Varjão e, em atendimento às exigências ambientais, o GDF encomendou um novo projeto urbanístico e um Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI, que ressaltava a necessidade de adensamento da Vila, com propostas de implantação de novas quadras e incorporação de mais glebas a serem parceladas.

Inserida até então no espaço geográfico da Região Administrativa do Lago Norte, por meio da Lei nº 3.153/03 a Vila Varjão tornou-se a XXIII Região Administrativa do Distrito Federal. O Varjão localiza-se no extremo sudoeste do Setor Habitacional Taquari - SHTQ, próximo ao Setor de Mansões do Lago Norte.

População urbana estimada em 2013: 9.294 habitantes.

Park Way (RA XXIV)

A criação do loteamento das Mansões Suburbanas Park Way (MSPW) foi incluída no Plano Urbanístico de Brasília em uma de suas últimas alterações em 1957/58. Com lotes iniciais de 20.000 m², o atual Setor de Mansões Park Way - MSPW foi concebido para ser implantado por partes, sendo registradas inicialmente as áreas destinadas ao uso residencial.

Os Decretos nº 14.932/93 e nº 18.910/97 permitiram o fracionamento das glebas em até oito lotes de 2.500 m². Hoje, a RA está dividida em quadras enumeradas de 1 a 29 compostas por condomínios fechados, mansões e casas. O Setor de Mansões Park Way fazia parte da Região Administrativa VIII - Núcleo Bandeirante até 2003 e por meio da Lei nº 3.255/2003 passou a ser uma região administrativa.

População urbana estimada em 2013: 19.727 habitantes.



SCIA - Estrutural (RA XXV)

No depósito de lixo na margem direita da DF-095, sentido SIA - Taguatinga, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximos ao local.

No início da década de 1990 a invasão contava com pouco menos de 100 domicílios localizados ao lado do “lixão”, sendo então conhecida como Vila Estrutural, pertencente à Região Administrativa do Guará.

Em 1989, foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA em frente à vila, no lado oposto da Via Estrutural - DF-095, época em que se previa a remoção da invasão para outro local. Várias tentativas foram realizadas neste sentido, mas em janeiro de 2004 o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA foi transformado na Região Administrativa XXV (Lei nº 3.315) tendo a Vila Estrutural como sua área urbana. Faz também parte do SCIA a Cidade do Automóvel.

Em 24 de janeiro de 2006, a Lei Complementar nº 715 criou a Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, denominada Via Estrutural. Com esta lei, devem ser removidas as construções localizadas em área considerada de risco ambiental.

População urbana estimada em 2013: 35.094 habitantes.

Sobradinho II (RA XXVI)

No início da década de 1990 foi criado o Núcleo Habitacional Sobradinho II como parte integrante da Região Administrativa V - Sobradinho, em consequência do Programa de Assentamento de População de Baixa Renda, que tinha como objetivo transferir as famílias que residiam em um mesmo lote e também fixar os moradores das invasões do Ribeirão Sobradinho e Lixão.

O Decreto nº 13.362 de 07 de agosto de 1991, publicado no DODF de 12/08/91, declarou serem de utilidade pública, as glebas de terras de particulares, e direitos de arrendamentos de chacareiros das fazendas Sobradinho e Paranoazinho, para ser desapropriado e para dar continuidade ao programa de assentamento da população de menor poder aquisitivo.

Em 27 de janeiro de 2004, com a Lei nº 3.314, Sobradinho II foi desmembrado e transformado na Região Administrativa XXVI. Na PDAD considera-se como Sobradinho II o assentamento e diversos condomínios antes pertencentes a Sobradinho.

População urbana estimada em 2013: 97.466 habitantes.



Jardim Botânico (RA XXVII)

A área do Jardim Botânico tornou-se, em 1999, Setor Habitacional. Por meio da Lei nº 3.435/04 o Setor Habitacional foi transformado em região administrativa, embora as suas poligonais não tenham ainda sido definidas. A área engloba vários condomínios horizontais situados entre o Lago Sul e São Sebastião.

O nome de Jardim Botânico deve-se à proximidade com o Jardim Botânico de Brasília, área de preservação ambiental localizada na Região Administrativa do Lago Sul.

População urbana estimada em 2013: 25.302 habitantes.

Itapoã (RA XXVIII)

A invasão de Itapoã começou no final da década de 1990, mas o ano de 2001 foi marcado com a chegada de famílias oriundas de outros estados e da Região Administrativa do Paranoá. A expectativa de regularização estimulou o crescimento do núcleo.

A Região Administrativa do Itapoã está localizada entre o Paranoá e Sobradinho, sendo que as terras onde se situa a localidade são, em grande parte, da União.

Em 2003 foi criada a subadministração, vinculada ao Paranoá, por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 698/03. Em 18/11/2004, a Câmara Legislativa aprovou, em 1º turno, a criação da RA XXVIII, sendo oficializada em 3 de janeiro de 2005.

População urbana estimada em 2013: 59.694 habitantes.

SIA (RA XXIX)

Criada por meio da Lei nº 3.618/05, contempla os Setores: Indústria e Abastecimento - SIA; de Garagens e Concessionárias de Veículos - SGCV; de Garagens de Transporte Coletivo - SGTC; de Inflamáveis - SI; de Oficinas Sul - SOFS; e de Transporte de Cargas - STRC. Esta é a única RA que até o momento não possui unidades habitacionais.

População urbana estimada em 2013: 1.997 habitantes.



Vicente Pires (RA XXX)

A área de Vicente Pires tornou-se mais povoada a partir de 1989, quando o governador do Distrito Federal resolveu centralizá-la, fazendo a sua intermediação em um processo de expansão rural, que foi realizado pela Fundação Zoobotânica, mediante contrato de uso do solo para a produção agrícola, abrangendo cerca de 360 chacareiros e com prazo estipulado em 30 anos.

Na década de 2000 a ocupação da área se intensifica resultando em uma população estimada de 75.162 moradores em 2010.

Em 26 de maio de 2009, por meio da Lei nº 4.327, foi criada a 30ª Região Administrativa do Distrito Federal, antes denominada Setor Habitacional Vicente Pires ou Colônia Agrícola.

Desmembrada da Região Administrativa Taguatinga - RA III compreende as antigas colônias agrícolas Vicente Pires, Samambaia e Vila São José. A RA XXX antiga região de chácaras, está localizada nas proximidades das regiões administrativas do Guará, Águas Claras e Taguatinga.

População urbana estimada em 2013: 72.415 habitantes.

Fercal (RA XXXI)

A Fercal abriga uma região industrial importante cuja arrecadação de impostos é a maior do Distrito Federal. NA RA XXI existem várias fábricas de cimento e uma grande concentração de usinas de asfalto e mineradoras. Situa-se próxima à área de proteção ambiental - APA Cafuringa. Tornou-se região administrativa em janeiro de 2012.

População urbana estimada em 2013: 8.408 habitantes.

8 - Distâncias Rodoviárias entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal

O Plano Piloto está localizado no centro do Distrito Federal e a distância entre as Regiões Administrativas se encontra no Quadro V.

Quadro V - Distâncias Rodoviárias entre os Núcleos Urbanos - Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013

RA	PP	GM	TAG	BZ	SB	PL	PR	NB	CEI	GR	CRU	SMB	SM	SS	RE	LS	RF	LN	CD	AC
PP	-	30	21	45	22	38	25	13	26	11	07	25	26	26	26	08	18	08	11	19
GM	30	-	24	49	50	67	48	20	26	23	29	20	04	37	14	28	22	39	20	25
TAG	21	24	-	30	36	52	44	12	05	08	15	06	25	41	10	24	07	25	14	01
BZ	45	49	30	-	60	76	63	42	21	37	39	39	55	70	40	53	37	49	44	31
SB	22	50	36	60	-	16	20	32	41	30	22	44	46	48	44	30	37	16	30	35
PL	38	67	52	76	16	-	26	48	57	46	39	60	63	68	61	47	53	32	46	51
PR	25	48	44	63	20	26	-	33	46	31	27	45	41	20	45	20	38	16	31	43
NB	13	20	12	42	32	48	33	-	17	04	11	12	16	30	12	13	05	21	02	13
CEI	26	26	05	21	41	57	46	17	-	13	20	06	26	46	12	29	12	30	19	06
GR	11	23	08	37	30	46	31	04	13	-	09	14	19	29	14	11	07	19	03	07
CRU	07	29	15	39	22	39	27	11	20	09	-	23	25	33	23	15	16	11	09	14
SMB	25	20	06	39	44	60	45	12	06	14	23	-	20	42	06	25	07	33	14	10
SM	26	04	25	55	46	63	41	16	26	19	25	20	-	29	14	25	21	35	16	26
SS	26	37	41	70	48	68	20	30	46	29	33	42	29	-	43	17	35	34	29	40
RE	26	14	10	40	44	61	45	12	12	14	23	06	14	43	-	26	08	33	14	11
LS	08	28	24	53	30	47	20	13	29	11	15	25	25	17	26	-	18	17	11	23
RF	18	22	07	37	37	53	38	05	12	07	16	07	21	35	08	18	-	26	07	08
LN	08	39	25	49	16	32	16	21	30	19	11	33	35	34	33	17	26	-	19	24
CD	11	20	14	44	30	46	31	02	19	03	09	14	16	29	14	11	07	19	-	15
AC	19	25	01	31	35	51	43	13	06	07	14	10	26	40	11	23	08	24	15	-

Fonte: Mapa Rodoviário 2013/DER-DF - Dados elaborados pela CODEPLAN

1) A distância entre duas cidades é medida da saída à chegada principal, considerando a menor distância entre elas. Somente no caso de Brasília, as distâncias de saída e chegada são da Estação Rodoviária.

2) Os trajetos escolhidos são os mais curtos entre as duas cidades.

Regiões Administrativas	Regiões Administrativas	Regiões Administrativas	Regiões Administrativas
PP - Plano Piloto	PL - Planaltina	CRU - Cruzeiro	LS - Lago Sul
GM - Gama	PR - Paranoá	SMB - Samambaia	RF - Riacho Fundo
TAG - Taguatinga	NB - Núcleo Bandeirante	SM - Santa Maria	LN - Lago Norte
BZ - Brazlândia	CEI - Ceilândia	SS - São Sebastião	CD - Candangolândia
SB - Sobradinho	GR - Guará	RE - Recanto das Emas	AC - Águas Claras

9 - Caracterização da População

9.1 - Aspectos Gerais

Em 1957, apenas 12.283 pessoas moravam em Planaltina, Brazlândia e fazendas próximas, constituindo os primeiros habitantes do Distrito Federal. Com o início das obras da construção da Capital, deflagrou-se um processo migratório caracterizado por contingentes populacionais, que se diferenciaram quanto à origem e à função desempenhada na nova cidade.

Essa situação determinou até 1970, a predominância da contribuição migratória sobre a vegetativa na composição da taxa de crescimento, motivadas pela política governamental de incentivo à atração de mão de obra para a capital levando a uma taxa média geométrica de crescimento anual de 14,4% para o período de 1960/70 e 8,2% para 1970/80. Sendo assim, no período mais intenso da construção de Brasília, as correntes migratórias constituíam o principal fator da formação populacional do Distrito Federal. No ano de 1960, 93,6% do contingente populacional do DF era formado por migrantes. Em 1970, este percentual era de 77,1% e, em 2010, 46,2%, segundo informações do IBGE, elaboradas pela Codeplan.

O Censo de 1991 do IBGE registrou 1.601.094 habitantes no DF, distribuídos nas 19 RAs existentes, à época. No Censo de 2000, esse contingente era de 2.051.146 e, em 2010, chegou a 2.602.074 habitantes (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 -Evolução da População do Distrito Federal, Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual e Densidade Demográfica - 1957- 2010

Anos	População	TMGCA ⁽¹⁾ (%)	Densidade Demográfica Hab/Km ²
1957	12.283	-	2,12
1959	64.314	128,82	11,11
1960	140.164	117,94	24,21
1970	537.492	14,39	92,84
1980	1.176.935	8,15	203,30
1991	1.601.094	2,84	276,57
2000	2.051.146	2,79	354,31
2010	2.602.074	2,41	449,47

Fonte: Censo Experimental e Censos Demográficos - IBGE
Contagem da População - IBGE

(1) TMGCA - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre períodos.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre períodos 1957- 2010 - Distrito Federal



A Tabela 2 apresenta a população urbana estimada pela Codeplan em 2013. Como as poligonais das 11 regiões administrativas de criação mais recente ainda não estão oficialmente delimitadas, as estimativas populacionais das regiões obedecem à delimitação definida pela Codeplan.

Tabela 2 - População urbana por Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013

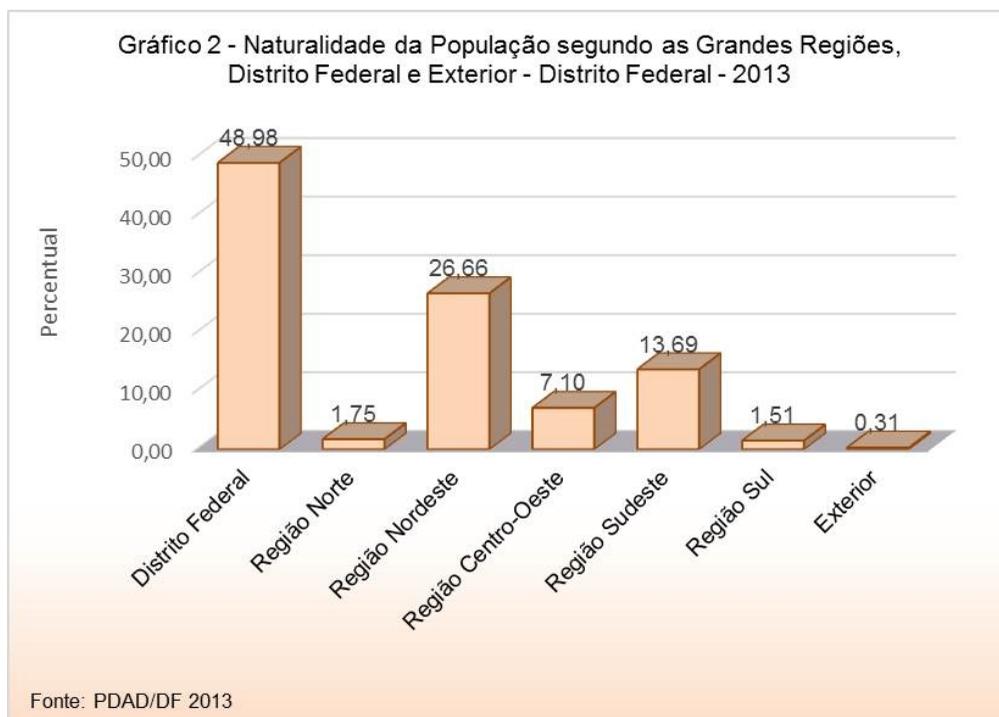
Regiões Administrativas	Total de Habitantes
DISTRITO FEDERAL	2.786.684
RA I - Plano Piloto	216.489
RA II - Gama	134.958
RA III - Taguatinga	212.863
RA IV - Brazlândia	51.121
RA V - Sobradinho	63.715
RA VI - Planaltina	185.375
RA VII - Paranoá	46.233
RA VIII - Núcleo Bandeirante	23.714
RA IX - Ceilândia	451.872
RA X - Guará	119.923
RA XI - Cruzeiro	32.182
RA XII - Samambaia	228.356
RA XIII - Santa Maria	122.721
RA XIV - São Sebastião	98.908
RA XV - Recanto das Emas	138.997
RA XVI - Lago Sul	30.629
RA XVII - Riacho Fundo	37.606
RA XVIII - Lago Norte	34.182
RA XIX - Candangolândia	16.886
RA XX - Águas Claras	118.864
RA XXI - Riacho Fundo II	39.424
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	52.273
RA XIII - Varjão	9.292
RA XXIV - Park Way	19.727
RA XXV - SCIA (Estrutural)	35.094
RA XXVI - Sobradinho II	97.466
RA XXVII - Jardim Botânico	25.302
RA XXVIII - Itapoã	59.694
RA XXIX - SIA	1.997
RA XXX - Vicente Pires	72.415
RA XXXI - Fercal	8.408

Fonte: Codeplan/Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

9.2 - Naturalidade da População

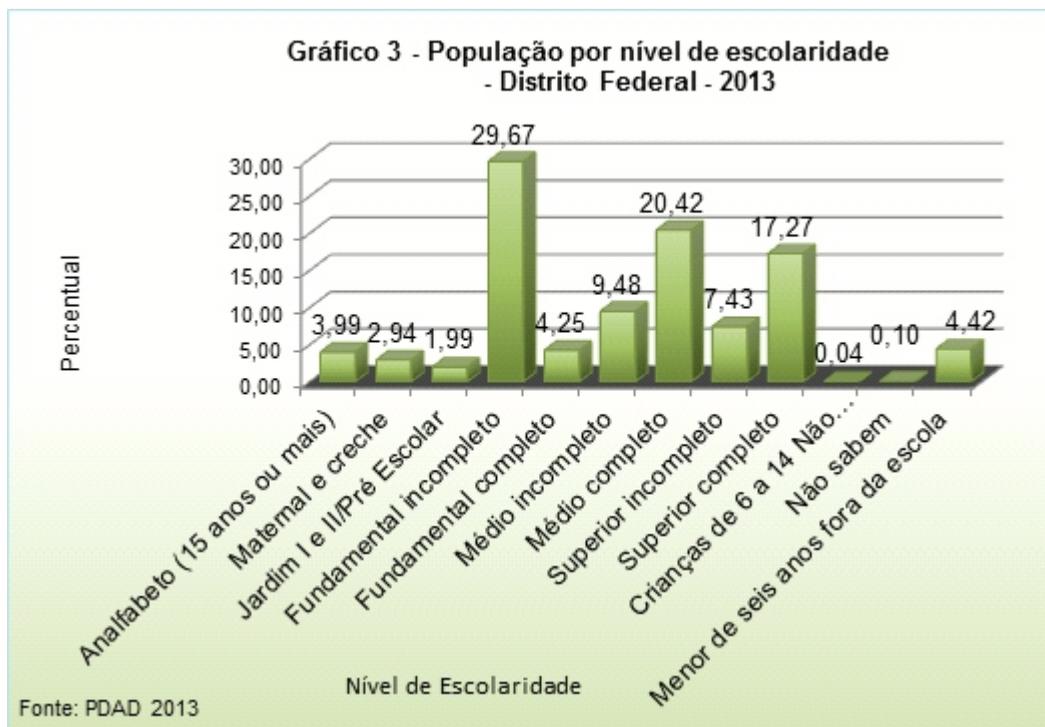
Em 2013, os imigrantes da área urbana ainda constituíam a maioria da população residente no Distrito Federal, 51%. As pessoas são oriundas principalmente das regiões Nordeste e Sudeste e representam 26,66% e 13,69%, respectivamente (Gráfico 2).

Apesar da existência das representações diplomáticas em Brasília, a participação dos estrangeiros é pouco significativa na composição da população, representando 0,31% do contingente.



9.3 - Grau de Instrução da População

Em relação ao grau de instrução da população do Distrito Federal, a maior participação concentra-se na categoria dos que têm ensino fundamental incompleto (29,67%). O ensino médio completo é o segundo nível de escolaridade com maior representatividade (20,42%), seguido do ensino superior completo, incluindo curso de especialização, mestrado e doutorado (17,27%). A participação dos que se declararam analfabetos, sabem ler e escrever e alfabetização de adultos, juntos, totalizam 3,99% (Gráfico 3).





9.4 - Ocupação da População

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal - PED/DF (realizada pela Secretaria de Estado de Trabalho - SETRAB em convênio com o DIEESE e a Codeplan) a População Economicamente Ativa do DF em dezembro de 2014 era de 1.511 mil. Já a estimativa de pessoas ocupadas era de 1.334 mil e os desempregados totalizavam 177 mil, número que vem decrescendo a partir de 2004.

O fato de Brasília ser a Capital do país e desempenhar preponderantemente funções institucionais e administrativas, a atividade econômica da população concentra-se na prestação de serviços, 70,16%, incluindo o comércio, 18,14%, enquanto a agropecuária, a indústria, seja de transformação ou construção civil são menos expressivas (Tabelas 3 e 4 e Gráfico 4).

Tabela 3 - População Economicamente Ativa - Distrito Federal - 1992-2014

(Em mil)

Ano	População Economicamente Ativa - PEA	Ocupados	Desempregados
1992	733	621	133
1993	756	645	111
1994	779	669	110
1995	810	686	125
1996	841	701	140
1997	891	727	164
1998	919	739	181
1999	953	742	210
2000	994	793	201
2001	1.034	822	212
2002	1.090	864	226
2003	1.126	869	257
2004	1.163	920	243
2005	1.203	975	228
2006	1.245	1.011	234
2007	1.282	1.056	226
2008	1.341	119	222
2009	1.378	1.160	218
2010	1.400	1.209	191
2011	1.403	1.229	174
2012	1.447	1.269	178
2013
2014*	1.511	1.334	177

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - Convênio SETRAB/DF - DIEESE - Codeplan
. Média anual

* Mês de dezembro de 2014

PEA - População Economicamente Ativa: é a parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

Tabela 4 - Estimativa do Número de Ocupados segundo Setores de Atividades - Distrito Federal - 2014⁽¹⁾

Setores de Atividades	2014 (Em mil)	%
Total	1.334	100,00
Indústria de transformação	51	3,82
Construção	83	6,22
Comércio e Reparação de veículos	242	18,14
Serviços	936	70,16
Outros	22	1,65

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - Convênio SETRAB/DF - DIEESE - Codeplan
(1) Dezembro/2014



Do total de postos de trabalho do Distrito Federal, 42,57% estão concentrados no Plano Piloto de Brasília, enquanto 7,89% localizam-se em Taguatinga e 6,70% em Ceilândia. Nas localidades mais distantes do Plano Piloto, se observa a desagregação de empregos, voltados essencialmente para ocupações de menor qualificação, no entanto, ainda com uma participação pouco expressiva (Tabela 5).

Tabela 5 - Postos de Trabalho por Região Administrativa - Distrito Federal - 2013

Regiões Administrativas	Postos de Trabalho
RA I - Plano Piloto	42,57
RA III - Taguatinga	7,89
RA IX - Ceilândia	6,70
RA XII - Samambaia	3,15
RA VI - Planaltina	2,75
RA II - Gama	2,68
RA X - Guará	2,48
RA XX - Águas Claras	2,20
RA V - Sobradinho	2,07
RA XXIX - SIA (Setor de Indústria e Abastecimento)	2,00
Vários locais	7,62
Demais Regiões	17,89
Total	100,00

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

A massa de desempregados em dezembro de 2014 era de 177 mil sendo 132 mil correspondendo ao desemprego aberto e 45 mil ao oculto. A taxa de desemprego no período 1992, ano do início da pesquisa no Distrito Federal até 2014 pode ser visualizada na Tabela 6. A taxa de desemprego ultrapassou os 20% no período 1999-2004, apresentando a partir deste ano decréscimo gradual.

Tabela 6 - Taxa de Desemprego por tipo - Distrito Federal - 1992 - 2014

(Em porcentagem)

Ano	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Precário	Desalento
1992	15,4	10,0	5,4	2,9	2,5
1993	14,7	9,6	5,0	2,6	2,5
1994	14,2	9,6	4,6	2,4	2,1
1995	15,4	10,5	4,8	2,8	2,1
1996	16,7	10,8	5,8	3,2	2,7
1997	18,4	11,2	7,1	4,1	3,0
1998	19,7	12,3	7,3	4,2	3,1
1999	22,1	14,4	7,6	4,3	3,3
2000	20,2	13,3	6,9	3,6	3,3
2001	20,5	13,1	7,4	3,9	3,5
2002	20,7	12,9	7,9	4,2	3,6
2003	22,9	14,7	8,1	4,5	3,6
2004	20,9	13,0	7,9	4,2	3,7
2005	19,0	12,4	6,5	3,6	3,0
2006	18,8	11,2	7,6	4,3	3,2
2007	17,7	11,5	6,1	3,3	2,9
2008	16,6	10,8	5,7	3,0	2,7
2009	15,8	10,6	5,3	2,7	2,6
2010	13,6	9,3	4,4	2,2	2,2
2011	12,4	8,8	3,6	2,0	1,6
2012	12,3	9,5	2,8	1,7	1,1
2013
2014*	11,7	8,8	3,0	1,8	1,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - Convênio SETRAB/DF - DIEESE - Codeplan

. Média anual

* Mês de dezembro de 2014

Nota:

- Desemprego Aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete (7) dias;
- Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário:** pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou não remunerado, em ajuda a negócio de parentes) e que procuraram efetivamente trabalho nos trinta (30) dias anteriores ao da entrevista ou nos últimos doze (12) meses;
- Desemprego Oculto pelo Desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta (30) dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze (12) meses.



9.5 - Renda Domiciliar

A renda média domiciliar bruta mensal no Distrito Federal é bastante diferenciada entre as várias Regiões Administrativas do DF, conforme mostra a Tabela 7. É importante destacar que embora em termos de renda média o Distrito Federal detenha valor elevado, ao desagregar os dados em nível de Região Administrativa, um novo contexto aparece, evidenciando o elevado nível de desigualdade interna existente no DF, mensurado pelo Coeficiente de Gini⁽¹⁾, de 0,474 em 2013.

Em cada RA, a renda apresenta melhor distribuição do que no agregado, embora com padrões socioeconômicos muito diferenciados entre as regiões. A maior renda per capita é a percebida pela população do Lago Sul que é 18 vezes maior que a menor renda, da Estrutural.

⁽¹⁾ O Coeficiente de Gini representa uma medida descritiva da classificação da renda, mensurando as suas diferenças, variando de “zero”, que representa a igualdade perfeita, a “um” que significa a desigualdade perfeita.

Tabela 7 - Renda Média Domiciliar Mensal e Per Capita Mensal segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013

Em Salários Mínimos

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Renda Domiciliar Mensal	Renda Per Capita Mensal	Coefficiente de Gini
DISTRITO FEDERAL	6,93	2,20	0,474
RA I - Plano Piloto	16,39	6,57	0,389
RA II - Gama	5,22	1,63	0,431
RA III - Taguatinga	7,08	2,41	0,453
RA IV - Brazlândia	3,80	1,21	0,444
RA V - Sobradinho	7,55	2,35	0,452
RA VI - Planaltina	3,66	1,07	0,491
RA VII - Paranoá	3,66	1,09	0,418
RA VIII - Núcleo Bandeirante	6,60	2,21	0,463
RA IX - Ceilândia	3,48	1,06	0,418
RA X - Guará	9,51	3,36	0,426
RA XI - Cruzeiro	10,86	3,73	0,351
RA XII - Samambaia	3,75	1,13	0,409
RA XIII - Santa Maria	3,57	1,04	0,404
RA XIV - São Sebastião	3,73	1,13	0,403
RA XV - Recanto das Emas	3,39	0,98	0,420
RA XVI - Lago Sul	28,27	9,60	0,350
RA XVII - Riacho Fundo	6,09	1,99	0,444
RA XVIII - Lago Norte	18,54	6,72	0,388
RA XIX - Candangolândia	5,54	1,64	0,429
RA XX - Águas Claras	13,29	4,66	0,469
RA XXI - Riacho Fundo II	3,79	1,12	0,402
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	19,33	9,06	0,371
RA XIII - Varjão	2,59	0,74	0,353
RA XXIV - Park Way	23,34	7,18	0,352
RA XXV - SCIA (Estrutural)	1,99	0,54	0,318
RA XXVI - Sobradinho II	7,62	2,24	0,487
RA XXVII - Jardim Botânico	18,51	6,10	0,381
RA XXVIII - Itapoã	3,68	1,07	0,270
RA XXIX - SIA	7,56	2,21	0,321
RA XXX - Vicente Pires	10,29	3,06	0,398
RA XXXI - Fercal	2,88	0,85	0,379

Fonte: SEPLAN/Codeplan/Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013



10 - Caracterização da Economia

10.1 - Aspectos Básicos

Com a missão de impulsionar a ocupação demográfica e econômica da região central do país, o Distrito Federal tornou-se um polo de desenvolvimento da sua região de influência e também da Região Centro-Oeste.

O desenvolvimento econômico do DF é marcado por três fases. A primeira, corresponde ao período que se inicia com a inauguração de Brasília, em que a construção civil foi o principal setor de absorção de mão de obra local, nas décadas de 1960 e 1970. A segunda, com a consolidação de Brasília, sede do Governo Federal, deu ao setor público maior representatividade na composição do PIB regional na década de 1980, principalmente com a finalização da transferência dos órgãos públicos e respectivos servidores. Na terceira e última fase, a partir da década de 1990, a economia sustenta-se no comércio, setor público e principalmente nos serviços em geral.

Por meio da quantificação do conjunto de bens e serviços finais resultantes da produção, pode ser demonstrada a participação efetiva de cada unidade produtiva da economia de uma localidade, determinando-se dessa forma o seu Produto Interno Bruto - PIB.

O PIB, calculado pela Codeplan, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, alcançou o montante de R\$ 175,4 bilhões em 2013, a preços correntes, último ano divulgado. O Setor Agropecuário representava naquele ano apenas 0,3% do PIB, o Setor Industrial, 6,5%, e o de Serviços, 93,3% (Tabelas 8 e 9 e Gráfico 5).

O PIB per capita do DF é o mais alto do Brasil, embora a sua participação no PIB nacional seja de apenas 3,3% (Tabela 10 e Gráfico 6).

Tabela 8 - Produto Interno Bruto e valor Adicionado Bruto, segundo os setores e as atividades econômicas- Distrito Federal - 2010 - 2013

Atividades	Valor corrente Em R\$ (Milhão)			
	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	328	560	431	425
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	218	483	371	431
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	96	113	105	158
Produção florestal: pesca e aquicultura	13	-36	-44	-164
Indústria	9.184	9.377	9.706	9.701
Indústria extrativa	35	24	24	27
Indústria de transformação	1.892	2.197	2.184	2.035
Construção	5.864	6.034	6.281	6.349
Eletricidade, gás, água, esgoto atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.394	1.122	1.217	1.290
Serviços	112.102	121.593	127.903	140.135
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	8.996	9.596	12.124	11.598
Transportes, armazenagem e correio	3.345	3.694	3.915	3.946
Serviços de Alojamento e Alimentação	2.381	2.475	2.376	3.078
Serviços de informação e comunicação	4.994	4.882	5.109	6.339
Atividades financeiras, de seguros serviços relacionados	16.620	17.511	17.639	18.164
Atividades imobiliárias	7.864	9.369	10.049	18.096
Administração, educação, saúde, pesquisas e desenvolvimento públicas, defesa e seguridade social	53.849	59.472	60.179	66.783
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	8.072	8.120	9.233	10.755
Educação e saúde mercantis	2.959	3.253	3.621	4.086
Arte, cultura, esportes e recreação e outras atividades de serviços	2.226	2.341	2.686	3.229
Serviços Domésticos	798	881	972	1072
Valor Adicionado Bruto a preços básicos	121.614	131.530	138.040	150.262
(+) Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	22.554	22.938	25.841	25.101
Produto Interno Bruto	144.168	154.468	163.881	175.363

Fonte: IBGE e CODEPLAN

Tabela 9 - Participação percentual das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto - Distrito Federal - 2010 - 2013

Setores	Participação Em %			
	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	0,3	0,4	0,3	0,3
Indústria	7,6	7,1	7,0	6,5
Indústria extrativa	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria de transformação	1,6	1,7	1,6	1,4
Construção	4,8	4,6	4,6	4,2
Eletricidade, gás, água, esgoto atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1,1	0,9	0,9	0,9
Serviços	92,2	92,4	92,7	93,3
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	7,4	7,3	8,8	7,7
Transportes, armazenagem e correio	2,8	2,8	2,8	2,6
Serviços de Alojamento e Alimentação	2,0	1,9	1,7	2,0
Serviços de informação e comunicação	4,1	3,7	3,7	4,2
Atividades financeiras, de seguros serviços relacionados	13,7	13,3	2,8	12,1
Atividades imobiliárias	6,5	7,1	7,3	7,4
Administração, educação, saúde, pesquisas e desenvolvimento públicas, defesa e seguridade social	44,3	45,2	46,3	44,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	6,6	6,2	6,7	7,2
Educação e saúde mercantis	2,4	2,5	2,6	2,7
Arte, cultura, esportes e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,8	1,9	2,1
Serviços Domésticos	0,7	0,7	0,7	0,7
Valor Adicionado Bruto a preços básicos	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE e CODEPLAN

Gráfico 5 - Participação percentual das atividades econômicas agropecuária, Indústria e Serviços no Valor Adicionado Bruto - Distrito Federal - 2013

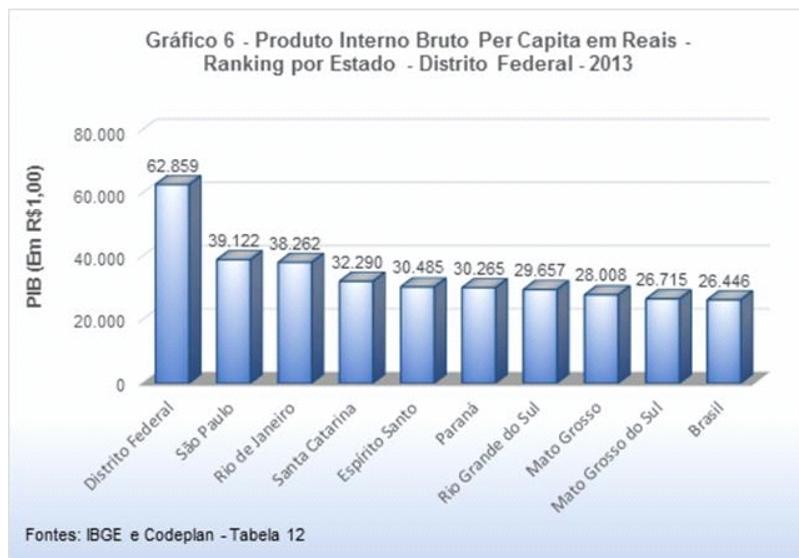


Fonte: IBGE e Codeplan – Tabela 9

Tabela 10 - Produto Interno Bruto Per Capita - Ranking por Estado - 2013

Estado	PIB	Participação no PIB Brasil
	(Em R\$1,00)	
Distrito Federal	62.859	3,3
São Paulo	39.122	32,1
Rio de Janeiro	38.262	11,8
Santa Catarina	32.290	4,0
Espírito Santo	30.485	2,2
Paraná	30.265	6,3
Rio Grande do Sul	29.657	6,2
Mato Grosso	28.008	1,7
Mato Grosso do Sul	26.715	2,8
Brasil	26.446	-

Fonte: IBGE e CODEPLAN



10.2 - Agropecuária

Em função da reduzida dimensão da área rural do Distrito Federal e da proximidade de terras mais adequadas à exploração agropecuária, ao redor do quadrilátero que constitui seu território, esta atividade é incipiente.

A política agrícola no Distrito Federal é operacionalizada pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Para dar sustentação à atividade agropecuária, o Distrito Federal conta com órgãos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/DF, e a Central de Abastecimento - Ceasa/DF. No âmbito federal existe a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

De acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE, em 2013, o DF contava com 242 empresas de produção agropecuária de produção florestal, pesca e aquicultura, absorvendo 2.436 pessoas, no emprego formal (Tabela 11).

Tabela 11 - Número de Unidades Empresariais e Pessoal ocupado na Agropecuária* - Distrito Federal - 2013

Tipo de Empresa	Número de Unidades	Pessoal ocupado em 31/12
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e aquicultura	242	2.436

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Cadastro Central de Empresas - 2013
* Empregos formais

10.3 - Indústria

A implantação das atividades industriais no Distrito Federal teve como função primordial o apoio aos órgãos governamentais e o atendimento à população transferida para a capital, assim como a construção civil estava vinculada às obras de edificação da cidade.

Os segmentos industriais no Distrito Federal são compostos predominantemente por microempresas, basicamente voltadas para a produção de bens de consumo para a população e o governo.

Em 2013, integravam este setor 9.782 empresas, 4.070 na Indústria de Transformação e 5.712, na Construção. A indústria ofertou naquele ano 129.208 empregos formais (Tabela 12).

Tabela 12 - Número de Unidades Empresariais e Pessoal ocupado na Indústria* - Distrito Federal - 2013

Segmento	Número de Unidades	Pessoal ocupado em 31/12
Indústria extrativa	70	371
Indústria de transformação	3.818	36.339
Eletricidade e gás	36	2.833
Água, esgoto, atividade de gestão de resíduo e descontaminação	146	8.678
Subtotal	4.070	48.221
Construção civil	5.712	80.987
Total	9.782	129.208

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Cadastro Central de Empresas - 2013
* Empregos formais

10.4 - Serviços

O Distrito Federal, devido às suas características administrativas, tem no Setor Terciário (serviços) a sua principal atividade econômica, representando 93,3% do PIB, em 2013.

Em 2013 havia 93.321 empresas formais de prestação de serviços Grande parte delas exercia atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, (40,8%). As empresas voltadas para atividades administrativas e serviços complementares, agregam 10.831 unidades. Quanto à mão de obra formal, o setor Serviços é o grande responsável pela ocupação no Distrito Federal, com 1.279.501 pessoas. Destes, 33,5% são da administração pública, defesa e seguridade social, e 17,3%, do Comércio, conforme informações do Cadastro Central de Empresas - IBGE (Tabela 13).

Tabela 13 - Número de Unidades Empresariais e Pessoal ocupado no Setor Serviços* - Distrito Federal - 2013

Segmento	Número de Unidades	Pessoal ocupado em 31/12
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	38.041	220.778
Transporte, armazenagem e correios	2.785	51.683
Alojamento e alimentação	7.748	61.739
Informação e comunicação	3.992	38.568
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2.131	45.174
Atividades imobiliárias	1.470	7.717
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.885	36.328
Atividades administrativas e serviços complementares	10.831	155.183
Administração pública, defesa e seguridade social	321	428.648
Educação	2.854	91.490
Saúde humana e serviços sociais	5.335	78.033
Artes, cultura, esporte e recreação	1.461	8.682
Outras atividades de serviços	9.353	54.301
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	114	1.177
Total	93.321	1.279.501

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Cadastro Central de Empresas - 2013
* Empregos formais

10.4.1 - Comércio

Entre os segmentos importantes da economia local estão o comércio e serviços de manutenção e reparação.

Além do Plano Piloto, outras Regiões Administrativas possuem um comércio que atende às necessidades do consumidor local. Taguatinga e Ceilândia oferecem um comércio mais expressivo, atraindo consumidores de outras localidades. Os moradores encontram nos fins de semana as tradicionais feiras que comercializam desde hortifrutigranjeiros até produtos industrializados, sendo as mais concorridas as de Ceilândia, Guará e Núcleo Bandeirante. Destacam-se também no comércio do DF as Feiras dos Importados, de Artesanato da Torre de Televisão e expressivo número de shoppings e as feiras de moda e artesanato, de periodicidade.

Com referência ainda ao comércio do DF, vale observar que, em 27 de novembro de 2002 foi inaugurada a Cidade do Automóvel, polo especializado no setor, para onde a Secretaria de Desenvolvimento Econômico transferiu inicialmente 110 empresas. Está localizada na Via Estrutural que liga Taguatinga a Brasília, distante 10 km do centro da capital.

Criado para ser um centro de desenvolvimento econômico, o Polo de Modas do Guará deveria abranger toda a cadeia industrial de vestuário, mas foi tomado por comércios de todos os segmentos.

10.4.2 - Comércio Exterior

O comércio exterior do Distrito Federal é essencialmente importador, sendo que no ano de 2014 o valor das importações foi da ordem de US\$ 1,2 bilhão e as exportações, US\$ 330.7 milhões (preços F.O.B) (Tabela 14). As Carnes de galos/galinhas, cortadas em pedaços, lideram o ranking de produtos mais exportados pelo DF, vindos em seguida a soja e os combustíveis e lubrificantes para aeronaves. Os maiores importadores do DF em 2014 foram Arábia Saudita, Venezuela e China.

Já os principais produtos importados, foram bens de consumo não duráveis, em especial medicamentos, principalmente dos Estados Unidos, Reino Unido e Índia.

Tabela 14 - Balança Comercial do Distrito Federal - Resumo Geral - 2014

Ano	Quantidade (kg)		Valor (US\$ 1.000) F.O.B	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2014	381.575.964	404.008.647	330.709	1.275.103

Fonte: MDIC/SECEX/DEPLA/Comércio Exterior

* F.O.B. - free on board - livre de custos, seguros e fretes.



Em 20 de abril de 2004, foi inaugurada a Estação Aduaneira do Interior de Brasília - EADI, mais conhecida como Porto Seco, localizada na Região Administrativa de Santa Maria, com o objetivo de centralizar e facilitar a importação e exportação no Distrito Federal. O Porto Seco DF foi instituído por meio de Licitação Pública Federal realizada em 2003 pela Receita Federal do Brasil.

A localização do Porto Seco é estratégica, distante 40 km do Plano Piloto de Brasília. Está às margens da BR-040 (principal estrada de ligação do DF com São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), ao lado da avenida mais importante do Polo JK e próximo aos trilhos da Rede Ferroviária Federal, ferrovia de ligação com outros estados.

O Porto Seco tem como missão “Viabilizar soluções logísticas que garantam a integridade, confiabilidade, eficiência e rastreabilidade dos processos e produtos armazenados, tanto no âmbito nacional quanto internacional, sendo o maior operador logístico, destacando-se no setor farmacêutico e em projetos governamentais”.

O objetivo é desafogar os serviços nos portos e aeroportos e, com isso, agilizar o desembaraço de mercadorias importadas e exportadas e reduzir os custos dessas operações.

11 - Indicadores Sociais

11.1 - Habitação

O total de domicílios estimados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD/DF é de 821.130 em 2013. O tipo de domicílio predominante é a casa e representa 73,10%, seguido de apartamentos, 23,14%. Os demais tipos são pouco expressivos (Tabela 15).

Quanto à forma de ocupação, 47,61% dos entrevistados declararam que as suas residências são próprias quitadas e em aquisição. Do total de domicílios, 21,87% se encontram em terrenos não legalizados, embora seus moradores os considerem como domicílios próprios (Tabela 16).

Tabela 15 - Distribuição dos Domicílios, por Tipo, segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013

Total	Tipo de Domicílio							
	Casa	Barraco	Cômodo	Quitinete/ Estúdio	Flat	Apto	Uso Misto	Outros
100,00	73,11	0,45	0,10	2,95	0,05	23,14	0,15	0,06

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

Tabela 16 - Domicílios Particulares, por Condição de Ocupação, segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2013

Total	Condição do Domicílio							
	Próprio Quitado e em Aquisi- ção	Próprio em Terreno não Regula- rizado	Alugados	Alugado em Terreno não legalizado	Cedido	Cedido em terreno não legalizado	Funcional	Outros
100,00	47,61	21,87	22,53	1,80	4,14	0,93	1,09	0,03

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

11.2 - Abastecimento de Água/Esgotamento Sanitário

No Distrito Federal, cabe à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb, empresa pública de direito privado, oferecer a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento básico.

Para prestar serviços de fornecimento de água, a Caesb dispõe de cinco sistemas produtores, nove estações de tratamento de água, 56 unidades de tratamento simplificado ou de cloração de poços, 8.377 km de redes de distribuição/adutora, 583.701 ligações e 944.033 economias ativas.

O esgotamento sanitário atualmente é feito por meio de 5.161 km de redes coletoras, com 493.429 ligações ativas de esgoto, 16 estações de tratamentos e 60 estações elevatórias distribuídas em todo o território do Distrito Federal.

A abrangência do abastecimento de água por rede geral no Distrito Federal, segundo a PDAD - 2013, era de 97,82% (Tabela 17).

Quanto ao esgotamento sanitário, 85,95% dos domicílios do DF contam com rede geral, embora as regiões de criação mais recente, especialmente de alta renda, possuam maioria servida ainda por fossa séptica (Tabela 18).

Tabela 17 - Domicílios ocupados, por tipo de abastecimento de água - Distrito Federal - 2013

Total	Tipo de Abastecimento de Água					
	Rede geral	Poço/Cisterna	Poço artesiano	Caminhão pipa	Chafariz	Outros
100,00	97,82	0,66	1,28	0,03	0,00	0,20

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

Tabela 18 - Domicílios ocupados, por tipo de esgotamento sanitário - Distrito Federal - 2013

Total	Tipo de Esgotamento Sanitário				
	Rede geral	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Esgotamento a céu aberto	Outros
100,00	85,95	10,05	3,96	0,02	0,03

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

11.3 - Recolhimento de Lixo

A manutenção da limpeza pública urbana do Distrito Federal, envolvendo as atividades de coleta, tratamento e destinação final do lixo domiciliar, comercial e hospitalar é realizada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, subordinado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal - SINESP.

Segundo informações coletadas pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013, 87,34% dos domicílios do DF contavam com o serviço de limpeza urbana e 9,88% com a coleta seletiva (Tabela 19).

No Distrito Federal, os serviços de limpeza pública são cobrados por meio da TLP - Taxa de Limpeza Pública.

Tabela 19 - Domicílios ocupados, por tipo de coleta de lixo - Distrito Federal - 2013

Total	Tipo de Coleta				
	Serviço de limpeza urbana	SLU com coleta seletiva	Queimado ou enterrado	Jogado em local impróprio	Outro destino
100,00	87,34	9,88	0,09	0,41	2,27

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

11.4 - Abastecimento de Energia Elétrica

A Companhia Energética de Brasília - CEB, fundada em 16 de dezembro de 1968, é uma sociedade de economia mista, responsável pelos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica na área do Distrito Federal. É também detentora da concessão para exploração da energia hidráulica das Usinas do Paranoá Termoelétricas de Brasília e de geração da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB) para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A. e CEB Lajeado S/A.

Durante a gestão de 2011 a 2014, a CEB Distribuição investiu em três grandes projetos. O primeiro foi a realização de 10 grandes obras para a Copa do Mundo no Brasil. Os empreendimentos foram planejados pela distribuidora e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a fim de atender os requisitos e critérios de confiabilidade exigidos pela FIFA para o Estádio Nacional Mané Garrincha, e também para garantir eficiência, segurança e continuidade para a área central de Brasília.

O abastecimento de energia elétrica por rede geral é abrangente no Distrito Federal chegando à quase totalidade dos domicílios (Tabela 20).

Tabela 20 - Domicílios ocupados, por tipo abastecimento de energia elétrica - Distrito Federal - 2013

Total	Energia Elétrica			
	Rede geral	Próprio (gerador e bateria)	Gambiarra	Outros
100,00	99,66	0,03	0,26	0,05

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

11.5 - Saúde

Cabem à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES, a manutenção e funcionamento dos estabelecimentos da rede oficial, coordenação de programas, fiscalização do exercício dos seus profissionais da área de saúde, e controle da comercialização de medicamentos.

Estão vinculados à Secretaria de Saúde:

- Fundação Hemocentro de Brasília (FHB);
- Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS);
- Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS);
- Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB);
- Conselho de Saúde do Distrito Federal (CSDF);e
- Laboratório Central (LACEN).

A Fundação Hemocentro de Brasília foi constituída pela Lei nº 206 de 12 de dezembro de 1991 com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, de caráter científico-tecnológico, educacional e de prestação de serviços à população do DF.

Até a sua criação, o Hemocentro de Brasília era uma gerência do antigo Instituto de Saúde/DF, hoje Laboratório Central - LACEN-DF. O Estatuto da FHB foi aprovado pelo Decreto nº 14.937 de 13 de agosto de 1993 e atribuiu à instituição a coordenação do Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados - SSCH, com o objetivo de incluir no sistema todos os bancos de sangue da então Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O Distrito Federal conta também com o Hospital de Reabilitação Sarah Kubitschek, criado em 1960, e dirigido e gerido pela Associação das Pioneiras Sociais, entidade sujeita à supervisão do Ministério da Saúde. Especializado no tratamento das doenças do aparelho locomotor, de origem congênita ou adquirida, abrange as patologias do sistema nervoso central. Por ser referência nacional, atende pacientes de todo o Brasil. A rede hospitalar do Distrito Federal contava em 2014 com 16 hospitais públicos, vinculados à SES, com capacidade de 3.164 leitos. Há ainda quatro hospitais militares. Existiam também 66 centros de saúde e 42 postos de saúde urbanos e rurais (Tabelas 21 e 22).

Tabela 21 - Hospitais e Leitos Públicos - Distrito Federal - 2013

Especificação	Total	Público (SES)	Militares	Outros
Hospitais	22	16	4	2
Leitos Operacionais	4.164	4.164

Fonte: Codeplan - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF

Tabela 22 - Unidades de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, por tipo - Distrito Federal - 2014

Unidades de Saúde	Quantidade
Hospitais	16
Instituto de Saúde Mental	1
Centros de Saúde	66
Postos de Saúde Urbanos	19
Postos de Saúde Rural	23
Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST	1
Diretoria de Saúde Ocupacional	1
Unidade Mista de Saúde	3
Centro de Orientação Médico Psicopedagógico - COMPP	1
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	15
Central Radiológica	1
Núcleos de Inspeção	22
Clínicas da Família	4
Laboratórios Regionais	2
Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal - LACEN	1
Unidade de Pronto Atendimento - UPA	4
Policlínica	1
Adolescento	1

Fonte: Codeplan - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF

11.6 - Ensino

A Secretaria de Estado de Educação - SEE executa a política educacional do Distrito Federal, de modo a assegurar a eficácia do sistema de ensino oficial regular. O ensino pré-escolar, especial, fundamental e médio no Distrito Federal é oferecido pelo GDF e pela rede particular. Já o ensino de 3º grau é ministrado pela Universidade de Brasília - UnB, Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia - IFB, instituições federais e por vários estabelecimentos particulares de ensino superior. Funcionam ainda paralelamente aos dois sistemas, diversos cursos profissionalizantes e tecnológicos, mantidos por entidades públicas e privadas.

Em 2014, estavam matriculados 680.841 alunos na educação especial, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, Educação de Jovens e Adultos e educação profissional, sendo 470.324 na rede pública, 201.971, na particular e 5.739 na federal. Como o Distrito Federal é essencialmente urbano, os alunos matriculados na rede pública urbana representam 95,8% do total, percentual proporcional à população urbana (Tabela 23).

Tabela 23 - Matrícula Inicial por etapas e modalidades de ensino, segundo a rede de ensino - Distrito Federal- 2014

Rede de Ensino	Total	Matrícula inicial por etapas e modalidades de ensino					
		Etapas da Educação Básica			Modalidades de Ensino		
		Educação Infantil	Ensino		Educação		
			Fundamental	Médio	Jovens e Adultos	Especial	Profissional
TOTAL	680.841	87.174	397.550	112.390	52.797	7.088	23.842
Rede Pública	470.324	35.209	291.601	81.300	51.179	5.996	5.039
Urbana	450.355	33.526	276.247	79.554	50.014	5.975	5.039
Rural	19.969	1.683	15.354	1.746	1.165	21	-
Rede Particular	201.971	51.759	102.874	28.822	1.562	1.092	15.862
Conveniada/SEE	13.459	11.863	504	-	-	1.092	-
Urbana	13.459	11.863	504	-	-	1.092	-
Rural	-	-	-	-	-	-	-
Não Conveniada	188.512	39.896	102.370	28.822	1.562	-	15.862
Urbana	187.221	39.740	101.772	28.478	1.562	-	15.669
Rural	1.291	156	598	344	-	-	193
Rede Pública Federal	5.739	24	1.147	1.702	56	-	2.810
Vinculada à SES	131	-	-	-	-	-	131
Não Vinculada/SEE	2.676	182	1.928	566	-	-	-

Fonte: Codeplan - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF

O número de professores da rede pública em 2014 era da ordem de 24.003 e na rede particular de 12.088, apresentando um coeficiente médio de 20 e 17 alunos por professor, respectivamente (Tabela 24).

Tabela 24 - Professores Existentes, segundo a Rede de Ensino, por etapas e modalidades - Distrito Federal - 2014

Rede de Ensino	Total	Número de Professores						
		Etapas da Educação Básica			Modalidades de Ensino			
		Educação Infantil	Ensino		Educação			
			Fundamental	Médio	Jovens e Adultos	Especial	Profissional	Outros
TOTAL	36.825	4.727	18.734	5.794	2.638	2.970	1.427	535
Rede Pública	24.003	1.727	12.533	3.357	2.525	2.803	523	535
Rede Particular	12.087	2.982	5.992	2.211	99	167	636	-
Conveniada/SEE	738	553	18	-	-	167	-	-
Não Conveniada	11.349	2.429	5.974	2.211	99	-	636	-
Rede Pública Federal	566	9	104	186	14	-	253	-
Vinculada à outra secretaria	15	-	-	-	-	-	15	-
Não Vinculada/SEE	154	9	105	40	-	-	-	-

Fonte: Codeplan - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF

O Distrito Federal contava em 2014, com 576 unidades escolares na rede pública e 507 escolas na rede particular para atender o ensino Regular, pré-escolar, especial, fundamental e médio.

Ainda em relação à infraestrutura física, havia, em 2014, 10.122 salas de aula na rede pública, 9.059 na rede privada, 226 na federal, e 64 nas outras categorias administrativas (Tabela 25).

Tabela 25 - Infraestrutura Física das Escolas segundo a Dependência Administrativa - Distrito Federal - 2014

Especificação	Escolas	Salas de Aula
Rede Pública Urbana	576	9.594
Rede Pública Rural	75	528
Rede Particular conveniada à SEE Urbana	65	678
Rede Particular conveniada à SEE Rural	-	-
Rede Particular não conveniada à SEE	432	8.381
Rede Federal	10	226
Escola vinculada à outra secretaria	1	5
Escola não vinculada à SEE	2	59
Total	1.161	19.471

Fonte: Codeplan - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF

O Distrito Federal conta, em 2013, com 176.987 alunos matriculados no ensino superior presencial, sendo 33,6% nas universidades, 30,5% nos centros universitários, 35,5% em faculdades e 0,4 nos IF e CEFET. No ano de 2013, 25.329 alunos concluíram o ensino superior, sendo 3.386 nas instituições federais, 137 nas Distritais e 21.806 nas particulares (Tabelas 26 e 27).

Tabela 26 - Alunos Matriculados no Ensino Superior Presencial - Distrito Federal - 2013

Categoria Administrativa	Total	Instituições			
		Universidades	Centro Universitário	Faculdade	IF e CEFET
Total	176.987	59.547	54.010	62.782	648
Federal	30.564	29.916	-	-	648
Distrital	747	-	-	747	-
Particular	145.676	29.631	54.010	62.035	-

Fonte: MEC/INEP
IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica

Tabela 27 - Alunos Concluintes no Ensino Superior Presencial - Distrito Federal - 2013

Categoria Administrativa	Total	Instituições			
		Universidades	Centro Universitário	Faculdade	IF e CEFET
Total	25.329	7.650	7.676	9.952	51
Federal	3.386	3.335	-	-	51
Distrital	137	-	-	137	-
Particular	21.806	4.315	7.676	9.815	-

Fonte: MEC/INEP - 2013

IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica

11.7 - Segurança Pública

A Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP/DF é encarregada de garantir a segurança e preservar a ordem pública do Distrito Federal. O Sistema de Segurança Pública é composto pela SSP/DF, órgão central, Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros Militar do Brasil.

A Subsecretaria do Sistema Penitenciário - Sesipe, unidade gestora e coordenadora do Sistema Prisional do DF, diretamente subordinada à Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, é composta pelas seguintes unidades prisionais: Centro de Detenção Provisória - CDP; Centro de Internamento e Reeducação - CIR; Penitenciária do Distrito Federal I - PDF I; Penitenciária do Distrito Federal II - PDF II; Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PPDF; Centro de Progressão Penitenciária - CPP e Diretoria Penitenciária de Operações Especiais - DPOE.

As Polícias Civas são dirigidas por delegados de polícia de carreira e têm a incumbência, ressalvada, competência da União, de exercer a função de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares, conforme a Constituição Federal.

A Polícia Militar do DF, força auxiliar da reserva do Exército, é destinada à manutenção da ordem pública e segurança interna do DF, conforme Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da PMDF e dá outras providências.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é uma corporação cuja principal missão consiste na execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos.



11.8 - Meios de Comunicação

Como centro de decisões nacionais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Brasília lidera a divulgação da maioria das notícias diariamente nos veículos de comunicação social do País. Sede do Sistema Público de Radiodifusão instalado em território nacional - a estatal Empresa Brasil de Comunicação - EBC, criada pela Lei nº 11.635/08, nos termos da MP 398 é vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. A EBC cumpre preceito do Artigo 223 da Constituição de 1988, que visa à complementaridade entre sistemas estatais privados e públicos na radiodifusão brasileira.

Congregam o Sistema de Canais Públicos: TV (TV Brasil e TV Internacional); Web (Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Internacional); Rádios (Nacional AM Brasília, Nacional FM Brasília, Nacional AM Rio de Janeiro, MEC FM Rio de Janeiro, Nacional do Alto Solimões, Nacional da Amazônia. A EBC Serviços compõe-se: da TV (NBR), dos Programas (A Voz do Brasil, Café com a Presidenta, Bom dia Ministro, Brasil em Pauta, NBR Notícias, NBR Entrevista); Produção (monitoramento e análise de mídia, mídia impressa, publicidade legal, serviços de satélite e serviços de rádio).

Nas últimas duas décadas surgiram no País, com a Lei do Cabo, um conjunto de canais de rádio e televisão explorados pelos Três Poderes da República, TVs e Rádios da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e Judiciário. A antiga Radiobrás representava o Executivo e pertencia à União, as TVs educativas no Rio e Maranhão e as rádios do MEC AM e FM - RJ. “Como não havia dúvida sobre a natureza estatal destes canais, continuava existindo a lacuna dos canais públicos. Para supri-la foi criada a EBC”, que incorporou ainda canais estaduais e canais próprios operados por universidades federais, e iniciou em 2011, a implantação de 30 canais de retransmissão em cidades de médio e grande porte¹².

Brasília possui setores específicos para a localização dos meios de comunicação: os Setores de Indústrias Gráficas e os de Rádio e TV (Norte e Sul), além de outros endereços que abrigam sucursais de jornais nacionais e agências de notícias nacionais e internacionais.

A Torre de Televisão, no Eixo Monumental, centraliza a emissão e retransmissão de sinal televisivo no Distrito Federal, e é um ponto turístico e de referência para os brasilienses e demais visitantes.

A Torre de TV Digital de Brasília foi inaugurada no dia 21 de abril de 2012, quando a cidade comemorou 52 anos de existência. O projeto, que lembra uma "flor do cerrado", como foi apelidada, é o último edificado de Oscar Niemeyer antes de falecer em 5 de dezembro de 2012. A obra está localizada em Sobradinho, a menos de 20 quilômetros do centro da cidade e 170 metros de altura - 120m de concreto e 50m de estrutura metálica¹³.

⁽¹²⁾ Relatório: 4 anos de um ideal democrático 2007-2011 - TV Brasil - EBC

⁽¹³⁾ www.setur.df.gov.br

11.9 - Telecomunicações

Com a reforma do sistema de telecomunicações, empreendida a partir de 1997 pelo Governo Federal, os serviços de telecomunicações no Distrito Federal, antes oferecidos unicamente por empresas do Sistema Telebrás, passaram a ser operados por diversas empresas do ramo. Instalada em 5 de novembro de 1997, no âmbito nacional e regional, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL passa a exercer o papel de órgão regulador do sistema, concentrando ainda as informações pertinentes à área.

Segundo dados da PDAD em 2013, 66,74% dos domicílios particulares no DF possuíam telefone fixo, 83,92% contavam com celular pré-pago e 19,15% pós-pago. Em 2014 o DF possuía 47.247 mil telefones em serviços, sendo 6.283 mil celulares e 984 mil fixos, segundo o IBGE/Brasil em Números - 2015.

Ainda em relação à comunicação se observa claramente a diminuição da demanda por serviços oferecidos pelos Correios paralelamente ao aumento da telefonia celular, da banda larga e da TV por assinatura. Estes dois últimos em 2013 já estavam presentes em 61,6% e 43,7% dos domicílios brasileiros, respectivamente, segundo dados da PDAD.

11.10 - Correios e Telégrafos

No Distrito Federal, e em todo o País, a população conta com os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para atender suas demandas nas áreas postais e telemáticas. A rede de atendimento da empresa contava em 2013 com 93 agências de correios, 17 franqueadas, 23 comunitárias e 617 caixas de coleta (Tabela 28).

Tabela 28 - Rede de Atendimento dos Correios e Telégrafos, segundo a especificação - Distrito Federal - 2013

Especificação	Rede de Atendimento
Agência de correios	93
Agência de correios franqueada	17
Agência de correios comunitária	23
Agência filatélica	1
Agência de Correios Comercial Tipo 1 - Próprias	-
Agência de Correios Comercial Tipo 1 - Terceirizada	4
Caixa de Coleta	617
Posto de venda de produtos	10

Fonte: Codeplan - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF

Quanto ao tráfego postal e telemático, em 2013, o Distrito Federal movimentou 425.967 mil objetos. Desses 71% foram recebidos. O serviço mais utilizado é a correspondência simples, que representa cerca de 63% do total. O número de telegramas é irrisório, correspondendo a menos de 0,1% do tráfego (Tabela 29).

Tabela 29 - Tráfego Postal e Telemático dos Correios e Telégrafos, segundo a Especificação - Distrito Federal - 2013

Especificação	Quantidade de Objetos (em mil)
Total	425.967
Recebidos	301.825
Simple	209.137
Registradas	19.042
Malotes	1.107
Encomendas Normais	782
Sedex	3.015
Telegramas	220
Impresso	68.522
Expedidos	124.142
Simple	57.096
Registradas	10.642
Malotes	1.157
Encomendas Normais	1.342
Telegramas	56
Sedex	1.980
Impresso	51.868

Fonte: Codeplan - Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal - SIEDF

11.11 - Transporte

11.11.1 - Transporte Urbano

“A Lei nº 4.011/07 dispõe sobre os Serviços de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. O art. 1º elenca a competência do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes, para planejar, regulamentar, organizar, delegar, definir políticas tarifárias e controlar todas e quaisquer modalidades ou categorias de serviço relativas ao transporte público coletivo integrante do Sistema de

Transporte do Distrito Federal, e ainda para a promoção do planejamento dos serviços, com as políticas de desenvolvimento urbano do Distrito Federal.

A atual nomenclatura, Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal foi definida pelo Governo do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro 2015 (Art. 8; §1, IX) para substituir o anterior, Secretaria de Estado de Transportes.

Se vinculam a Secretaria de Mobilidade, as seguintes autarquias e empresas:

- Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - CTPC-DF;
- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB;
- Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans;
- Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER.

O Detran - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, também conforme o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, é nomeado frente ao Sistema Nacional de Trânsito como Órgão Executivo de Trânsito do DF. O DETRAN/DF, antes vinculado à Secretaria de Estado de Transportes, por força do Decreto nº 28.222/07, passou a vincular-se à Secretaria de Estado de Segurança Pública/DF pelo Decreto nº 31.387/2010.

O alto poder aquisitivo da população do Distrito Federal, principalmente no Plano Piloto e nos Lagos Sul e Norte, favorece o uso do automóvel, que representa 72,3% da frota total, de 1.563.382 veículos, em dezembro de 2014, conforme dados do Detran (Tabela 30).

Tabela 30 - Veículos Registrados, segundo os Tipos - Distrito Federal - dezembro de 2014

Tipo	Quantidade	Percentual
Total	1.563.382	100,0
Automóvel	1.129.022	72,3
Motocicleta (1)	176.658	11,3
Caminhonete	94.634	6,1
Camioneta	78.721	5,0
Caminhão	22.405	1,4
Reboque	18.746	1,2
Utilitário	18.014	1,2
Ônibus	11.713	0,7
Micro-ônibus	5.154	0,3
Semirreboques	3.526	0,2
Outros	4.789	0,3

Fonte: GDF/SSP/DETRAN
(1) Motocicleta: Inclui ciclomotor, motoneta, motocicleta e triciclo.



Apesar do número de automóveis para grande parte da população do Distrito Federal o principal meio de locomoção é o ônibus coletivo. As viagens de ligação entre as cidades e o Plano Piloto caracterizam-se por uma distância média de 38 km e pela baixa renovação de passageiros ao longo do percurso. Mais de 60% das viagens estão concentradas nos horários de pico (manhã, tarde e noite).

As viagens de ligação com o Plano Piloto estão distribuídas em cinco bacias que convergem predominantemente para a área central de Brasília:

- Eixo Oeste - Corredor Taguatinga/Ceilândia/Samambaia/Brazlândia/Guará;
- Eixo Sul - Corredor Gama/Santa Maria/Park Way/Eixo Monumental;
- Eixo Norte - Corredor Planaltina/Sobradinho;
- Eixo Leste - Corredor São Sebastião/Paranoá/Itapoã;
- Eixo Sudoeste - Corredor Núcleo Bandeirante/Recanto das Emas/ Candangolândia/Riacho Fundo.

O Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo transportou 419.999.665 passageiros entre as regiões administrativa do Distrito Federal, em 2014.

Para a verificação do itinerário ou linha individual do transporte público a população conta com o SITHOR - Sistema de Itinerários e Horários do Transporte Público do Distrito Federal desde abril de 2013, no link <http://www.sistemas.dftrans.df.gov.br/horarios/src/sistema/index>.

Para complementar o atendimento à necessidade de transporte urbano, foi concebido o Metrô em 1992. “A história do Metrô-DF começou em janeiro de 1991, com a criação de um Grupo Executivo de trabalho e a elaboração dos primeiros estudos sobre o impacto ambiental da obra. Em maio daquele ano, foi criada a Coordenadoria Especial, integrada por técnicos de diversas áreas do Governo do Distrito Federal, com a missão de gerenciar a construção do metrô de Brasília.

As obras foram iniciadas em janeiro de 1992 e, em dezembro de 1993, foi criada a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, com a missão de operar o novo transporte. Em outubro de 1994, os trabalhos foram paralisados. Dois anos depois, em maio de 1996, as obras foram retomadas.

Em janeiro de 1997, teve início o Programa de Viagens Experimentais, com o objetivo de apresentar o novo sistema de transporte à população de Brasília. Em julho do mesmo ano, a Companhia do Metropolitano iniciou a convocação dos primeiros concursados, sendo a maioria encaminhada para treinamento no Metrô de São Paulo. A operação em definitivo teve início em 2001, com a inauguração do trecho que liga Samambaia a Taguatinga, Águas Claras, Guará e Plano Piloto. Em 2006, iniciou-se a operação branca no trecho que liga Taguatinga a Ceilândia Sul, passando pela estação Centro Metropolitano. Em 2007, recomeçaram as obras para levar o METRÔ-DF até a estação terminal Ceilândia.

A conclusão de 42 km de via ocorreu em abril de 2008. No dia 16 daquele mês, o GDF inaugurou as quatro estações restantes da Ceilândia: Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Terminal Ceilândia. No



mesmo mês, entrou em operação a estação 108 Sul¹⁴. O projeto do Metrô-DF é composto por 29 estações, das quais 24 estão em funcionamento. Com uma frota de 32 trens, transporta em média 160 mil passageiros por dia.

11.11.2 - Transporte Interestadual

O Distrito Federal constitui-se em ponto básico de interligação dos grandes eixos viários do País, tornando-se naturalmente ponto de interface dos principais corredores estratégicos de transporte. Destacam-se os corredores: Centro-Leste (Brasília-Vitória); Centro-Rio de Janeiro, Centro-Sul, com acesso aos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, convergindo para o Mercosul e corredores Centro-Nordeste e Centro-Norte.

As principais rodovias radiais federais que ligam Brasília ao resto do País são: BR-010 para Belém (PA); BR-020 Salvador (BA); BR-040 Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ); BR-050 São Paulo (SP) e Região Sul; BR-060 para Goiânia (GO) e BR-070 para Cuiabá (MT).

No Distrito Federal, o serviço de Transporte Ferroviário restringe-se ao movimento de carga (Ferrovia Centro Atlântica).

11.11.3 - Transporte Aéreo

As grandes distâncias entre as cidades brasileiras favorecem a utilização do meio aéreo. Atualmente, o Aeroporto Internacional de Brasília é o terceiro em movimento de aeronaves e passageiros no Brasil. Em 2012 foram registrados 15.891.630 passageiros (voos domésticos e internacionais) atendidos no Distrito Federal, entre embarcados, desembarcados e em trânsito (Tabela 31). Segundo a mesma fonte, foram registrados, também em 2012, 152.380 voos domésticos e 3.989 internacionais.

Tabela 31 - Passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito por Transporte Aéreo - Distrito Federal - 2012

Transporte Interestadual			
Embarcados	Desembarcados	Em Trânsito	
		Conexão	Abordo
4.831.173	4.310.518	6.749.939	244.845

Fonte: Codeplan - Anuário Estatístico 2014

⁽¹⁴⁾ www.metro.df.gov.br



11.12 - Turismo

Inaugurada em 1960, Brasília é uma das cidades mais modernas do mundo. O interesse dos turistas volta-se basicamente, para apreciar o traço do ousado projeto de Lúcio Costa. Brasília foi tombada em 1987, como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, o que confere ao conjunto arquitetônico de Oscar Niemeyer, e paisagístico de Burle Marx, valor excepcional e interesse universal.

Os equipamentos urbanos ligados ao segmento de turismo de eventos, feiras e congressos encontram-se localizados no centro da cidade e oferecem infraestrutura tecnológica de ponta e acesso rápido e fácil ao aeroporto e aos principais pontos da cidade. Os serviços complementares como hotelaria, restaurantes, centros culturais, galerias de arte e salas de espetáculos, conferem à cidade posição privilegiada.

A cidade surpreende também os amantes da natureza. A riqueza do cerrado do Distrito Federal, a abundância de cachoeiras, grutas e lagoas são cenários perfeitos para a prática de esportes radicais.

De acordo com Estudo da Demanda Turística¹⁵, entre as unidades federais mais visitadas do Brasil, o DF está em 15º lugar e se caracteriza como centro predominantemente emissor de turistas. Já em relação ao montante dos gastos efetuados nas viagens, o Distrito Federal passa para 8ª posição.

11.12.1 - Infraestrutura Turística

A capital brasileira dispõe de 460 pontos para eventos de todos os tipos e dimensões. No centro da cidade, está o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 54 mil m², cinco auditórios distribuídos em três alas, pavilhão de exposições de 6 mil m², com capacidade para receber 9 mil visitantes. Conta com 13 salas moduláveis para reuniões, comportando 1.750 pessoas. O espaço, totalmente reformado e ampliado em 2005, está entre os três maiores do Brasil e possui equipamentos de última geração, estrutura de apoio com cafeterias, camarins e um posto médico. O Centro de Convenções fica a menos de um quilômetro dos setores hoteleiros e a 15 minutos do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.

O Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade foi construído para abrigar as instalações da Feira dos Estados que acontecia em Brasília e tornou-se uma referência em pavilhões de exposição na cidade. Recebe anualmente centenas de eventos culturais, festivais e feiras de grande porte. Destaca-se pelo amplo espaço interno com 51 mil m² e 4.500 vagas em seu estacionamento principal.

⁽¹⁵⁾ CARACTERIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO TURISMO DOMÉSTICO NO BRASIL - 2010/2011 - Ministério do Turismo - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica - São Paulo - Setembro 2012



A Torre de TV de Brasília é um dos monumentos mais procurados na Capital Federal, com média de mil visitantes por dia. Com 230 metros de altura, o atrativo está estrategicamente localizado no centro da cidade. Uma das maiores diversões dos turistas de Brasília é subir até o mirante do local, a 75 metros do solo, de onde se tem uma visão privilegiada da Esplanada dos Ministérios, Setores Hoteleiros Norte e Sul, Estádio nacional de Brasília, Autódromo Nelson Piquet, Lago Paranoá, da cidade de Brasília e outras Regiões Administrativas.

Apesar de ter-se tornado importante atrativo turístico, a Torre foi inaugurada em 1967 para receber as antenas de emissoras de rádio e televisão. É um dos monumentos de Brasília, projetada pelo criador da cidade, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, tendo como inspiração a Torre Eiffel de Paris.

Além da bela paisagem, o Complexo da Torre de TV conta com a Feira de Artesanato local. No lugar, é possível encontrar móveis, peças de vestuário, bijuterias e arte em geral. Mais à frente, o visitante pode conferir ainda o show de águas coloridas da Fonte Luminosa, uma das maiores da América Latina. São 3,5 milhões de litros d'água, 28 alto-falantes, 21 taças automáticas, dois conjuntos de jatos, uma grande palmeira d'água iluminada e um gêiser que pode lançar água até a 50 metros de altura.

Além dos Centros de Atendimento ao Turista (CATs) fixos em pontos das cidades, a Secretaria de Turismo do Distrito Federal também conta com duas unidades móveis que são identificadas com o símbolo mundial de informação (i) e profissionais que prestam o serviço de atendimento em pontos de grande fluxo de turistas.



Referências Bibliográficas

BAHIA EM NÚMEROS 2003. Salvador, BA. SEI - 2004. 108 p., il., mapas.

BRASIL EM NÚMEROS - Rio de Janeiro - IBGE - 2015. 450 p., il.

BRASÍLIA - 50 ANOS - A HISTÓRIA EM PAINÉIS. Brasília, ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. 2010;

ESTATÍSTICAS DA FROTA DE VEÍCULOS. Brasília. DETRAN - 2014.
Disponível em <http://www.detrان.df.gov.br>.

GUIA DE BRASÍLIA. CODEPLAN - 2003. 122 p., il., mapas.

GUIA DE INFORMAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS, TURÍSTICAS E CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL. Brasília. CODEPLAN - 1999. 108 p., il., mapas.

GUIA OFICIAL DE BRASÍLIA. Brasília. CODEPLAN - 1985. 312 p., il., mapas.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Brasília: CODEPLAN, SETRAB/GDF, DIEESE, SEADE/SP - 2014.
Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br>.

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PDAD/DF2013. Brasília. CODEPLAN - 2013. 224 p., il., mapas.
Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br>.



**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br